

T4F Entretenimento S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente
em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 253LS-047-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	05
Relatório da administração	10
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	20
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024	26
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras	77
Declaração dos diretores sobre o parecer dos auditores independentes	78

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
T4F Entretenimento S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da T4F Entretenimento S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como “*IFRS Accounting Standards*”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Reconhecimento de receita sobre prestação de serviço – Notas Explicativas nºs 2.i e 22

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

O reconhecimento das receitas oriundas de bilheteria, patrocínios, taxas de conveniência e taxas de entrega ocorre após a realização dos eventos e o cumprimento das obrigações de desempenho estabelecidas nos respectivos contratos. A receita de bilheteria é reconhecida no momento da realização do evento, enquanto as receitas relacionadas a patrocínios estão sujeitas a critérios específicos definidos contratualmente entre as partes. Já as receitas de taxas de conveniência e de entrega são reconhecidas quando da efetiva venda e entrega dos ingressos aos clientes, caracterizando o cumprimento das obrigações de desempenho.

Com o objetivo de assegurar que todas as receitas de serviços sejam mensuradas pelo valor justo da contraprestação e reconhecidas no período contábil apropriado, incluindo os valores relativos a adiantamentos de clientes e patrocinadores, a Companhia adota procedimentos internos para análise das transações e registros até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

Devido à relevância dos montantes envolvidos e das características inerentes ao processo de reconhecimento de receita sobre prestação de serviços, incluindo adiantamentos de clientes e patrocinadores, bem como do potencial impacto de eventuais descumprimentos das obrigações de desempenho nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, este assunto foi novamente considerado significativo e, portanto, um principal assunto de auditoria em nossos trabalhos.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Obtenção de entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento de receitas;
- Realização de procedimentos de confirmação para uma amostra de saldos de clientes e operadoras de cartão de crédito, por meio do envio de cartas de circularização;
- Extração de bases analíticas de transações financeiras no sistema de gerenciamento de vendas da Companhia e validação das transações automatizadas com os respectivos registros contábeis;
- Execução de testes substantivos com base em amostras de transações de receitas reconhecidas no exercício, utilizando componentes independentes, incluindo, quando aplicável, análise de contratos, notas fiscais emitidas, documentação comprobatória da prestação dos serviços e recebimentos financeiros; e
- Avaliação da adequação das políticas contábeis e das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o tema nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base nos resultados dos procedimentos de auditoria realizados, consideramos que as políticas de reconhecimento de receita da Companhia, oriundas das vendas de serviços e de patrocínios, bem como suas respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

2. Avaliação do valor recuperável de ativos intangíveis e tributos diferidos ativos – Notas Explicativas nºs 13 e 27

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia está obrigada a realizar, anualmente, testes de recuperabilidade de ativos intangíveis com vida útil indefinida, incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura, bem como avaliar a recuperabilidade dos tributos diferidos ativos.

Este assunto foi novamente considerado um principal assunto de auditoria em razão da complexidade envolvida no processo de avaliação e da elevada subjetividade a ele inerente, especialmente no que se refere às diversas premissas utilizadas, tais como a definição das unidades geradoras de caixa, taxas de desconto e projeções de rentabilidade para múltiplos períodos futuros, todas sujeitas a mudanças significativas em função das condições de mercado e de cenários econômicos futuros.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Análise das políticas contábeis relacionadas à constituição do ágio e à determinação dos tributos diferidos ativos;
- Revisão das projeções de rentabilidade futura elaboradas pela administração;
- Avaliação da objetividade e competência dos responsáveis pela elaboração das projeções;
- Envolvimento de nossos consultores interno da área tributária e de finanças corporativas para análise das premissas adotadas e revisão dos cálculos realizados;
- Realização de testes de exatidão matemática e verificação da consistência entre os dados utilizados nas projeções e as informações contábeis disponíveis;
- Avaliação da adequação das divulgações nas demonstrações contábeis sobre o tema.

Com base nos resultados dos procedimentos de auditoria executados, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados pela Companhia na avaliação do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura e dos tributos diferidos ativos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como “*IFRS Accounting Standards*”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Régis Eduardo Batista dos Santos
Contador CRC 1SP-255.954/O-0

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas, clientes e parceiros,

Encerramos 2024 consolidando nossa posição como referência no entretenimento ao vivo e fortalecendo nossa estratégia de crescimento sustentável.

Na área de Música ao Vivo, realizamos os aguardados shows do Popload Gig, trazendo ao Brasil bandas renomadas como The Hives e Travis, além de Franz Ferdinand, que encantaram o público com apresentações memoráveis. Também trouxemos Laura Pausini, Jessie J, City and Colour, além de diversas atrações nacionais e internacionais.

Falando em festivais, seguimos com nossa estratégia de expansão do Turá, levando pela primeira vez para Recife, consolidando a marca em um novo mercado e extendendo nossa presença para o Nordeste. Além disso, realizamos a tradicional edição de São Paulo, que mais uma vez reuniu um público vibrante e artistas de grande relevância, entre os quais Chitãozinho e Xororó, Adriana Calcanhoto, Djavan. A edição de Porto Alegre, que foi adiada devido às fortes chuvas ocorridas na região, já está confirmada para o ano de 2025.

No segmento de Família e Teatro, tivemos uma temporada de sucesso com O Rei Leão, que encerrou sua passagem no Teatro Renault em julho, deixando um legado de emoção. Em novembro, demos início às vendas do musical Wicked, uma produção aguardada que reforça nosso compromisso com espetáculos de alto padrão. Ainda, apresentamos Minha Vida em Marte e Hairspray, este último encerrando sua temporada com excelente desempenho de bilheteria.

Adicionalmente, implementamos iniciativas estratégicas para aprimorar nossa eficiência operacional e fortalecer nosso relacionamento com patrocinadores, parceiros e fãs.

Nossas outras verticais também tem sido foco de investimento. A vertical de *Tickets*, *A&B* e *Venues* tem trazido cada vez mais parceiros comerciais para a Companhia.

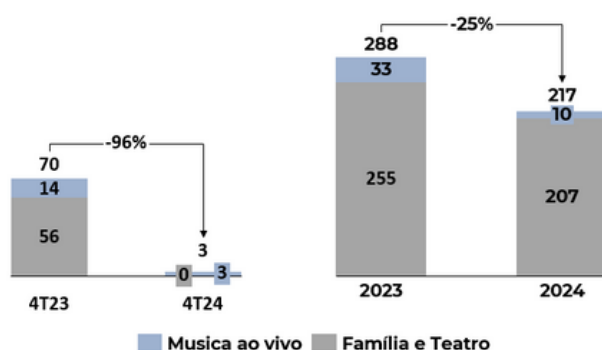
Com isso, encerramos o ano de 2024 convictos da força da T4F para enfrentar desafios e capturar novas oportunidades. O próximo ano será pautado em crescimento sustentável, sempre com o compromisso de entregar eventos inesquecíveis, dentro do nosso core bussiness e explorando novas possibilidades.

Agradecemos a confiança e seguimos juntos, unindo pessoas por meio da música, da cultura e do entretenimento ao vivo.

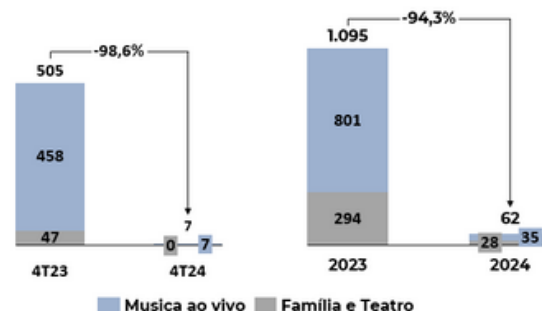
Francesca Alterio
CEO

INDICADORES OPERACIONAIS

Nº de eventos



Ingressos (000)



No **4T24**, realizamos três eventos na categoria de Música ao Vivo, os shows indoor de The Hives, Travis e Franz Ferdinand, com um total de 7 mil ingressos vendidos. No mesmo período do ano anterior, foram realizados 70 eventos, com um público total de 505 mil pessoas.

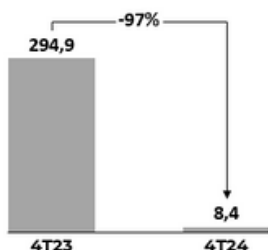
Na categoria de **Família e Teatro**, a receita no trimestre foi proveniente da operação de aluguel do Teatro Renault, sem a realização de produções próprias.

Ao longo de **2024**, realizamos 217 eventos, sendo 10 de Música ao Vivo, com os shows de Laura Pausini, Jessie J, City and Colour, The Hives, Travis e Franz Ferdinand, além de quatro dias do Festival Turá, dois em São Paulo e dois em Recife, marcando a estreia do festival na cidade. Na categoria de Família e Teatro, foram 207 apresentações, incluindo a temporada de O Rei Leão e a coprodução de Minha Vida em Marte, estrelada por Mônica Martelli. No total, vendemos 62 mil ingressos ao longo do ano. Em 2023, foram 288 eventos realizados, com 1,09 milhão de ingressos vendidos, impulsionados por grandes produções como os shows da Taylor Swift e os festivais Lollapalooza e Primavera Sound.

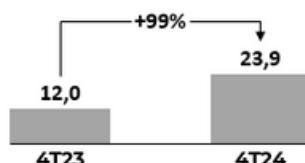
RECEITA LÍQUIDA

Receita Líquida (R\$ mm)	2023	2024	Var. % (2024/2023)	4T23	4T24	Var. % (4T24/4T23)
Promoção de Eventos	452,1	50,5	-89%	294,9	8,4	-97%
Música Ao Vivo	409,8	13,2	-97%	279,6	2,1	-99%
Eventos Família e Teatro	42,3	37,3	-12%	15,3	6,3	-59%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	129,1	93,2	-28%	12,0	23,9	+99%
Patrocínio	119,6	22,0	-82%	32,8	5,3	-84%
Promoção de Eventos	119,6	22,0	-82%	32,8	-	-100%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	-	-	n.a.	-	5,3	n.a.
TOTAL	700,8	165,7	-76%	339,7	37,5	-89%
Número de Eventos	288	217	(0)	70	3	(1)
Ingressos Vendidos (000)	1.095	62	(1)	505	7	(1)
Preço Médio por Ingresso (R\$)	339	247	(0)	422	283	(0)

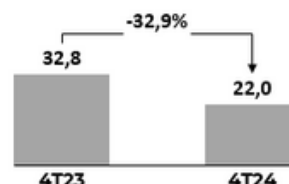
**Promoção de Eventos
(R\$ mm)**



**Bilheteria, A&B e Venues
(R\$ mm)**



**Patrocínios
(R\$ mm)**



Em **Promoção de eventos**, no 4T24 quando comparado ao 4T23 tivemos uma redução de 97% na Receita Líquida, pela redução em número de eventos realizados.

Em **Bilheteria, A&B e Venues**, no 4T24 quando comparado ao 4T23, tivemos um aumento de 99%, impulsionado pelo aluguel do Teatro Renault e serviço de ticketing, mencionados em outros momentos no documento.

Na Receita Líquida de **Patrocínios**, tivemos uma redução de 33% quando comparado ao 4T23. No período de 2023 obtivemos patrocínios dos festivais. Neste trimestre o valor refere-se em maior parte ao patrocínio da edição do Turá de Recife.

LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO

Lucro (Prejuízo) Bruto (R\$ mm)	2023	2024	Var. % (2024/2023)	4T23	4T24	Var. % (4T24/4T23)
Receita Líquida	700,8	165,7	-76%	339,7	37,5	-89%
Custo	(557,6)	(144,6)	74%	(294,8)	(17,5)	94%
Lucro (Prejuízo) Bruto	143,1	21,1	-85%	44,9	20,1	-55%
Margem Bruta (%)	20,4%	12,7%	-7,7 p.p.	13,2%	53,5%	40,3 p.p.
Promoção de Eventos	(60,0)	(23,1)	61%	(10,2)	3,1	130%
Operação de Bilheteria, A&B e Venues	83,5	22,2	-73%	22,4	11,7	-48%
Patrocínio	119,6	22,0	-82%	32,8	5,3	-84%

No quarto trimestre de 2024, registramos um lucro bruto de R\$ 20,1 milhões, com uma margem bruta de 53,5%. Esse resultado representa um aumento de 40,3 pontos percentuais em relação ao quarto trimestre de 2023, quando a margem bruta foi de 13,2%, o que demonstra que mesmo com menos produções, a Companhia conseguiu geri-los de forma consistente.

Em uma análise anual, observamos uma queda de 7,7 pontos percentuais na margem bruta, passando de um lucro bruto de R\$ 143,1 milhões para um lucro de R\$ 20,1 milhões, reflexo, sobretudo, da redução no volume de eventos ao longo do período.

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas Operacionais (R\$ mm)	2023	2024	Var. % (2024/2023)	4T23	4T24	Var. % (4T24/4T23)
Vendas	(1,0)	(2,0)	-112%	0,0	(0,8)	>999%
Gerais e Administrativas	(39,7)	(41,7)	-5%	(14,2)	(15,8)	-11%
Remuneração dos Administradores	(5,7)	(4,3)	24%	(1,0)	(1,0)	2%
SG&A	(46,3)	(48,0)	-4%	(15,3)	(17,6)	-16%
% Total/Receita Líquida	6,6%	29,0%	22,4 p.p.	4,5%	47,0%	42,5 p.p.
Outros resultados com investimentos	(4,6)	-	100%	(0,4)	-	100%
Outras receitas (despesas) operacionais	(2,6)	20,7	901%	(1,5)	3,4	318%
Total	(53,5)	(27,3)	49%	(17,2)	(14,3)	17%
% Total/Receita Líquida	7,6%	16,5%	8,8 p.p.	5,1%	38,0%	33,0 p.p.

As despesas operacionais totais registraram uma redução de 49% em 2024, passando de R\$ 53,5 milhões em 2023 para R\$ 27,3 milhões. Esse desempenho foi impulsionado principalmente pela reversão na linha de Outras receitas (despesas) operacionais, que passou de um prejuízo de R\$ 2,6 milhões para um ganho de R\$ 20,7 milhões, além da eliminação do impacto negativo de R\$ 4,6 milhões em Outros resultados com investimentos.

No 4T24, as despesas operacionais totalizaram R\$ 14,3 milhões, uma redução de 17% em relação aos R\$ 17,2 milhões registrados no 4T23. O principal destaque no trimestre foi a melhora na linha de Outras receitas (despesas) operacionais, que passou de um prejuízo de R\$ 1,5 milhão para um ganho de R\$ 3,4 milhões.

EBITDA

Reconciliação do EBITDA (R\$ mm)	2023	2024	Var. (2024/2023)	4T23	4T24	Var. (4T24/4T23)
Lucro Líquido (Prejuízo)	58,2	(68,2)	(126,4)	24,3	(25,0)	(49,3)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	5,2	8,2	3,0	1,8	1,2	(0,5)
(+) Resultado Financeiro Líquido	26,2	31,2	4,9	1,7	7,1	5,4
(-) Outras despesas não operacionais	-	22,6	22,6	-	22,5	22,5
(+) Depreciação	2,7	5,5	2,8	1,0	1,6	0,5
=EBITDA	92,4	(0,7)	(93,1)	28,7	7,3	(21,4)
Margem EBITDA (%)	13,2%	-0,4%	-13,6 p.p.	8,5%	19,6%	11,1 p.p.

No acumulado de 2024, o EBITDA foi negativo em R\$ 0,7 milhão, uma redução de R\$ 93,1 milhões em relação ao EBITDA positivo de R\$ 92,4 milhões registrado em 2023. Esse resultado reflete, principalmente, o impacto do prejuízo líquido no período. A margem EBITDA encerrou o ano em -0,4%, uma variação de 13,6 pontos percentuais em relação aos 13,2% registrados em 2023.

No 4T24, o EBITDA foi positivo em R\$ 7,3 milhões, representando uma redução de R\$ 21,4 milhões em relação aos R\$ 28,7 milhões registrados no 4T23. A margem EBITDA no trimestre foi de 19,6%, um aumento de 11,1 pontos percentuais frente aos 8,5% registrados no mesmo período do ano anterior.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ mm)	2023	2024	Var. % (2024/2023)	4T23	4T24	Var. % (4T24/4T23)
Receitas Financeiras	16,7	37,8	127%	0,6	27,1	>999%
Juros Ativos	4,7	7,2	53%	(2,4)	2,4	200%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	11,4	5,3	-54%	2,9	0,6	-79%
Outros	0,6	25,3	n.a.	0,2	24,1	>999%
Despesas Financeiras	(19,9)	(25,9)	-30%	(1,0)	(14,3)	>999%
Juros Passivos	(4,9)	(9,4)	-92%	(0,5)	(4,6)	-777%
Juros com Empréstimos - Debêntures	(7,0)	-	100%	-	-	n.a.
Perdas com Operações de Swap	(0,6)	(8,3)	n.a.	(0,1)	(5,9)	>999%
Impostos sobre Transações Financeiras	(2,9)	(3,6)	-25%	0,3	(1,3)	-591%
Outros	(4,6)	(4,6)	0%	(0,7)	(2,5)	-281%
Receitas - Despesas Financeiras	(3,3)	11,8	463%	(0,4)	12,8	>999%
Variação Cambial, Monetária e Hiperinflação	(23,0)	(43,0)	-87%	(1,3)	(19,9)	>999%
Variação Cambial	(2,0)	(21,7)	n.a.	(2,9)	(15,5)	-444%
Variação Monetária	(10,2)	(0,9)	91%	(1,9)	0,1	107%
Variação Hiperinflação	(10,8)	(20,5)	-89%	3,4	(4,5)	-233%
Resultado Financeiro Líquido	(26,2)	(31,2)	-19%	(1,7)	(7,1)	-321%

O resultado financeiro líquido totalizou um prejuízo de R\$ 31,2 milhões em 2024, frente aos R\$ 26,2 milhões negativos registrados em 2023. Esse desempenho foi impactado, principalmente, pelo efeito da variação cambial, monetária e hiperinflação. Devido às nossas operações na Argentina, nosso segundo maior mercado, enfrentamos condições macroeconômicas adversas como hiperinflação e desvalorização cambial, que impactaram o resultado financeiro — passando de um efeito negativo de R\$ 7,1 milhões em 2023 para R\$ 43,0 milhões em 2024, refletindo oscilações cambiais e ajustes contábeis.

Por outro lado, o saldo entre receitas e despesas financeiras apresentou melhora significativa, saindo de um prejuízo de R\$ 3,3 milhões em 2023 para um saldo positivo de R\$ 11,8 milhões em 2024, impulsionado pelo aumento das receitas financeiras, que cresceram de R\$ 16,7 milhões para R\$ 37,8 milhões no período. Esse crescimento foi influenciado, principalmente, pela linha de “Outros”, que inclui ganhos não recorrentes e passou de R\$ 0,6 milhão para R\$ 25,3 milhões.

No 4T24, o resultado financeiro líquido registrou um prejuízo de R\$ 7,1 milhões, frente aos R\$ 1,7 milhão negativos no 4T23. A variação cambial, monetária e hiperinflação foi o principal fator para esse resultado, ampliando seu impacto negativo de R\$ 1,3 milhão no 4T23 para R\$ 35,9 milhões no 4T24.

Por outro lado, o saldo entre receitas e despesas financeiras apresentou uma melhora relevante no trimestre, passando de um resultado negativo de R\$ 0,4 milhão no 4T23 para um ganho de R\$ 12,8 milhões no 4T24, refletindo o aumento das receitas financeiras no período, que cresceram de R\$ 0,6 milhão para R\$ 27,1 milhões, com destaque para a linha de “Outros”, que passou de R\$ 0,2 milhão para R\$ 24,1 milhões.

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mm)	2023	2024	Var. (6M24/6M23)	4T23	4T24	Var. (3T24/3T23)
Resultado Antes de Impostos	63,4	(60,0)	(123,4)	26,0	(23,8)	(49,8)
(-) IRRF e CSSL (Corrente)	(5,2)	(10,6)	(5,4)	(2,6)	(1,4)	1,1
(-) IRRF e CSSL (Diferido)	(0,0)	2,3	2,4	0,8	0,2	(0,6)
Lucro (Prejuízo) Líquido	58,2	(68,2)	(126,4)	24,3	(25,0)	(49,3)
Margem Líquida (%)	8,3%	-41,2%	-49,5 p.p.	7,1%	-66,7%	-73,8 p.p.

O prejuízo líquido em 2024 foi de R\$ 68,2 milhões, uma variação de R\$ 126,4 milhões em relação ao lucro de R\$ 58,2 milhões registrado em 2023. No 4T24, o prejuízo líquido foi de R\$ 25,0 milhões, frente ao lucro de R\$ 24,3 milhões no mesmo período do ano anterior, uma variação de R\$ 49,3 milhões.

A margem líquida encerrou o ano em -41,2%, uma redução de 49,5 pontos percentuais em relação aos 8,3% registrados em 2023. No trimestre, a margem líquida ficou em -66,7%, uma variação de 73,8 pontos percentuais em relação ao 4T23, quando foi de 7,1%.

CAPITAL DE GIRO

Capital de Giro (R\$ mm)	4T24	3T24	4T23	Var. (4T24/4T23)	Var. (4T24/3T24)
Ativo Circulante	116,0	148,0	142,3	-19%	-22%
Contas a Receber	42,7	77,8	65,0	-34%	-45%
Estoques	1,4	1,4	1,9	-29%	-3%
Adiant. a Fornecedores e Custos Antecipados	14,5	9,0	35,8	-59%	61%
Imposto a Recuperar	57,4	54,6	29,4	95%	5%
Outras contas a receber	-	5,2	10,2	-100%	-100%
Passivo Circulante	120,9	150,8	195,3	-38%	-20%
Fornecedores	73,9	102,2	145,9	-49%	-28%
Adiantamento de Clientes	24,4	24,0	29,5	-17%	2%
Salários, provisões e contribuições sociais	2,6	2,2	4,8	-46%	19%
Impostos e contribuições a recolher	20,0	21,4	13,4	49%	-7%
Dividendos a pagar	-	0,2	-	n.a.	-100%
Outras obrigações	-	0,7	1,7	-100%	-100%
Capital de Giro	(4,9)	(2,8)	(53,0)	91%	-74%

O capital de giro no 4T24 ficou negativo em R\$ 4,9 milhões, frente aos R\$ 53,7 milhões negativos no 4T23, uma variação positiva de 91%. Esse movimento está associado à redução no passivo circulante, que passou de R\$ 196,0 milhões no 4T23 para R\$ 120,9 milhões no 4T24, com destaque para a queda na conta de fornecedores, que recuou de R\$ 145,9 milhões para R\$ 73,9 milhões, e no adiantamento de clientes, que passou de R\$ 29,5 milhões para R\$ 24,4 milhões. No ativo circulante, o saldo de contas a receber caiu 34% na mesma comparação, impactado pelo menor volume de eventos no trimestre, enquanto os impostos a recuperar cresceram 95%, refletindo créditos tributários no período.

Quando comparado ao 3T24, o capital de giro apresentou uma redução de 74%, passando de R\$ 2,8 milhões negativos para R\$ 4,9 milhões negativos no 4T24. Esse resultado reflete a queda de 22% no ativo circulante, com destaque para a redução de 45% nas contas a receber, enquanto os adiantamentos a fornecedores e custos antecipados cresceram 61%, passando de R\$ 9,0 milhões para R\$ 14,5 milhões. Do lado do passivo, houve uma redução de 20%, impulsionada pela diminuição de 28% no saldo de fornecedores, que passou de R\$ 102,2 milhões no 3T24 para R\$ 73,9 milhões no 4T24.

O capital de giro negativo é característico do nosso modelo de negócios, pois vendemos ingressos e recebemos alguns patrocínios antecipadamente (registrados em Adiantamentos de Clientes), enquanto a maioria dos pagamentos a fornecedores e seguros são registrados como Custos Antecipados.

CAIXA E ENDIVIDAMENTO

Caixa e Endividamento (R\$ mm)	2023	2024	Var. % (2024/2023)	4T23	3T24	4T24	Var. (4T24/4T23)	Var. % (4T23/3T24)
Saldo de Caixa + Aplicações (BoP)	185,4	149,3	-19%	172,5	149,3	163,1	6%	16%
Fluxo de Caixa Operacional	17,1	(49,9)	-391%	(65,6)	13,9	9,6	-784%	-571%
Fluxo de Caixa de Investimento	(5,4)	(3,3)	39%	(0,4)	(0,4)	9,7	-104%	-7%
Fluxo de Caixa de Financiamento	(55,7)	15,6	128%	39,0	(1,3)	4,6	745%	>999%
Var. Cambial sobre Investimentos e Caixa no Exterior	7,9	2,2	-71%	3,9	1,6	(2,7)	245%	142%
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes	(36,1)	(35,4)	2%	(23,2)	13,8	21,3	-209%	-268%
Saldo de Caixa + Aplicações (EoP)	149,3	114,0	-24%	149,3	163,1	114,0	31%	-8%
Empréstimos e Financiamentos - CP	39,4	76,1	93%	39,4	65,8	76,1	-48%	-40%
Passivo de Arrendamento - CP	2,8	2,8	-2%	2,8	2,7	2,8	2%	5%
Empréstimos e Financiamentos - LP	-	-	n.a.	-	-	-	n.a.	n.a.
Passivo de Arrendamento - LP	13,1	-	-100%	13,1	11,1	-	n.a.	18%
Endividamento Total	55,3	78,8	42%	55,3	79,6	78,8	-30%	-31%
Caixa (Dívida) Líquido	94,0	35,1	-63%	94,0	83,5	35,1	167%	13%

Encerramos 2024 com um saldo de caixa e aplicações de R\$ 114,0 milhões, uma redução de 24% em relação aos R\$ 149,3 milhões registrados ao final de 2023.

A variação reflete, principalmente, a geração negativa de caixa operacional, que totalizou R\$ 72,3 milhões negativos no ano, impactada pelo pagamento de despesas relacionadas a eventos comercializados em 2023.

Por outro lado, o **fluxo de caixa de financiamento** contribuiu positivamente com R\$ 15,6 milhões, refletindo a rolagem de operações de crédito. No trimestre, o saldo de caixa encerrou em R\$ 114,0 milhões, uma queda de 31% em relação ao 3T24, quando totalizava R\$ 163,1 milhões.

O **fluxo de caixa operacional** foi negativo em R\$ 12,8 milhões no 4T24, frente a um saldo positivo de R\$ 13,9 milhões no trimestre anterior, impactado por ajustes de capital de giro.

O **fluxo de caixa de investimentos**, que havia sido estável no 3T24, foi positivo em R\$ 32,2 milhões no 4T24, refletindo a baixa necessidade de imobilização, característica do nosso modelo de negócios.

Já o **fluxo de caixa de financiamento** foi positivo em R\$ 4,6 milhões no trimestre, beneficiado pela amortização de passivos financeiros e pelo efeito positivo da rolagem de operações. O endividamento total encerrou o ano em R\$ 78,8 milhões, refletindo a dinâmica de geração de caixa ao longo do período.

O caixa líquido totalizou R\$ 35,1 milhões no final de 2024, uma redução de 63% em relação aos R\$ 94,0 milhões do ano anterior, impactado pelo consumo de caixa operacional ao longo do período.

PIPELINE

Em shows indoors estão confirmados, em abril, os shows de Incubus em São Paulo e Curitiba, e a banda Bush, no Rio de Janeiro e em Curitiba. Além desses, em maio, Popload Gig com Sevdaliza, em São Paulo.

Em Família e Teatro, no Teatro Renault, o musical “Wicked” está em cartaz até o mês de maio.

Em festivais, no Parque Ibirapuera, o Popload está confirmado para dia 31 de maio e o Festival Turá SP dia 28 e 29 de junho.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	7	42.767	80.936	111.913	146.200
Aplicações financeiras		2.037	2.327	2.037	2.327
Contas a receber	8	11.549	33.373	42.702	64.966
Instrumentos Financeiros Derivativos	16.b)	11.913	-	11.913	-
Estoques		-	168	1.377	1.945
Tributos a recuperar	9	44.247	22.151	57.387	29.409
Adiantamentos a fornecedores	10	921	627	3.086	4.909
Custos antecipados	11	3.056	29.923	3.474	30.407
Outras contas a receber		4.749	10.091	4.975	10.186
Total do ativo circulante		121.239	179.596	238.864	290.349
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Aplicações financeiras		-	776	-	776
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	47.241	47.227	49.779	50.069
Tributos a recuperar	9	12.058	32.234	12.058	32.234
Depósitos judiciais	20.3)	10.289	9.250	11.424	10.765
Custos antecipados	11	5.193	487	5.193	487
Partes relacionadas	12	24.402	75.719	8.418	11.216
Total do realizável a longo prazo		99.183	165.693	86.872	105.547
Investimentos	13.a)	132.439	148.289	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	13.b)	58.480	80.933	-	-
Imobilizado	14.a)	2.264	2.431	7.828	5.185
Bens de direito de uso	14.d)	11.403	14.283	11.403	14.332
Intangível:					
Ágio na aquisição de investimentos	13.b)	-	-	58.480	80.933
Outros intangíveis	14.c)	4.143	4.810	7.024	6.913
Total do ativo não circulante		307.912	416.439	171.607	212.910
TOTAL DO ATIVO		429.151	596.035	410.471	503.259

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
CIRCULANTE					
Fornecedores	15	29.104	87.906	73.899	145.926
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	76.057	39.368	76.057	39.368
Passivo de arrendamento	17	2.750	2.750	2.750	2.804
Instrumentos Financeiros Derivativos	16.b)	-	767	-	767
Salários, provisões e encargos sociais		1.124	4.023	2.606	4.792
Impostos e contribuições a recolher	18	4.585	8.378	19.987	13.418
Adiantamentos de clientes	19	20.906	28.943	24.385	29.454
Partes relacionadas	12	-	132.075	-	-
Outras obrigações		565	1.139	673	1.692
Total do passivo circulante		135.091	305.349	200.357	238.221
NÃO CIRCULANTE					
Passivo de arrendamento	17	10.382	13.140	10.382	13.140
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	26.305	24.971	37.735	47.294
Provisão para perdas em investimentos em controladas	13.a)	17.135	12.554	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	-	-	584	2.258
Impostos e contribuições a recolher	18	23.714	21.821	24.058	22.033
Partes relacionadas	12	82.784	41.165	-	-
Total do passivo não circulante		160.320	113.651	72.759	84.725
Total do passivo		295.411	419.000	273.116	322.946
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social		243.022	243.022	243.022	243.022
Gastos com emissão de ações		(9.665)	(9.665)	(9.665)	(9.665)
Reserva de reavaliação	14.b)	136	154	136	154
Prejuízo acumulado		(184.491)	(115.044)	(184.491)	(115.044)
Outros resultados abrangentes		84.738	58.568	84.738	58.568
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		133.740	177.035	133.740	177.035
Participação dos acionistas não controladores		-	-	3.615	3.278
Total do patrimônio líquido		133.740	177.035	137.355	180.313
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		429.151	596.035	410.471	503.259

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA	22	62.891	483.325	165.654	700.768
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	23.b)	(77.169)	(484.872)	(144.567)	(557.620)
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO		(14.278)	(1.547)	21.087	143.148
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	23.a)	(255)	(367)	(2.014)	(950)
Gerais e administrativas	23.a)	(26.904)	(26.833)	(41.689)	(39.659)
Remuneração dos administradores	12.2 e 23.a)	(2.628)	(5.165)	(4.325)	(5.705)
Equivalência patrimonial	13	7.122	103.328	-	-
Perdas com investimentos		-	(4.559)	-	(4.559)
Outras receitas e despesas, líquidas	26	(12.910)	2.719	(1.881)	(2.589)
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL		(49.853)	67.576	(28.822)	89.686
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	25	(22.779)	(20.133)	(25.936)	(19.936)
Receitas financeiras	25	28.264	10.667	37.770	16.673
Variação cambial e monetária, líquida	25	(25.111)	(1.020)	(43.017)	(22.986)
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(69.479)	57.090	(60.005)	63.437
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	27.a)	-	-	(10.560)	(5.204)
Diferido	27.c)	14	284	2.324	(35)
(PREJUÍZO) LUCRO DO EXERCÍCIO		(69.465)	57.374	(68.241)	58.198
ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas controladores				(69.465)	57.374
Acionistas não controladores				1.224	824
				(68.241)	58.198
(PREJUÍZO) LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	36			(1,0304)	0,8511

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de reais)

(PREJUÍZO) LUCRO DO EXERCÍCIO

Outros resultados abrangentes que poderão ser revertidos ao resultado:

Variação cambial na conversão de operações no exterior

Total do resultado abrangente do exercício

Total do resultado abrangente do exercício atribuível a:

Acionistas controladores

Acionistas não controladores

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
(69.465)	57.374	(68.241)	58.198
26.170	8.142	25.523	8.248
(43.295)	65.516	(42.718)	66.446
		(43.295)	65.516
		577	930
		(42.718)	66.446

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Gastos com emissão de ações	Reserva de reavaliação	Reservas de Lucros Reserva de retenção de lucros / Prejuízos acumulados	(Prejuízo) lucro do exercício	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2023	243.022	(9.665)	174	(172.438)	-	50.426	111.519	2.811	114.330
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(20)	20	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(463)	(463)
Lucro do exercício	-	-	-	-	57.374	-	57.374	824	58.198
Outros resultados abrangentes -									
Variação cambial na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	8.142	8.142	106	8.248
Resultado abrangente total do exercício	-	-	-	-	57.374	8.142	65.516	930	66.446
Destinação do resultado do exercício:									
Prejuízos acumulados	-	-	-	57.374	(57.374)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	243.022	(9.665)	154	(115.044)	-	58.568	177.035	3.278	180.313
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(18)	18	-	-	-	-	-
Dividendos a distribuir aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(240)	(240)
(Prejuízo) lucro do exercício	-	-	-	-	(69.465)	-	(69.465)	1.224	(68.241)
Outros resultados abrangentes -									
Variação cambial na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	26.170	26.170	(647)	25.523
Resultado abrangente total do exercício	-	-	-	-	(69.465)	26.170	(43.295)	577	(42.718)
Destinação do resultado do exercício:									
Prejuízos acumulados	-	-	-	(69.465)	69.465	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	243.022	(9.665)	136	(184.491)	-	84.738	133.740	3.615	137.355

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
(Prejuízo) lucro do exercício		(69.465)	57.374	(68.241)	58.198
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	13	(7.122)	(103.328)	-	-
Depreciação e amortização	23.b)	4.219	3.883	5.559	4.894
Perda por redução ao valor recuperável do ágio		22.453	-	22.453	-
Ganho com investimentos		1.066	2.301	1.066	2.301
Ganho com valor justo de instrumentos financeiros	28.2)	(11.913)	767	(11.913)	767
Valor residual de ativos imobilizado e intangível baixados	14	(7)	(2.090)	10	(2.090)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(14)	(284)	(2.324)	35
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com controladas, financiamentos, empréstimos, debêntures e obrigações fiscais		34.519	14.020	24.154	(20.358)
Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhist	20	2.547	(3.392)	(8.456)	10.494
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.a)	-	-	288	-
Efeito de economias hiperinflacionárias	25	-	-	20.462	10.834
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		21.824	11.462	22.765	3.641
Estoques		168	346	575	(425)
Impostos a recuperar		(1.920)	(9.547)	(7.186)	(11.249)
Adiantamentos a fornecedores		(294)	430	2.110	(2.164)
Outras contas a receber		5.342	(9.797)	5.218	(9.907)
Depósitos judiciais		(1.039)	1.534	(659)	1.478
Custos antecipados		22.161	(10.637)	22.238	(10.582)
Fornecedores		(58.802)	72.710	(73.384)	107.238
Impostos e contribuições a recolher		(1.900)	2.694	8.473	5.551
Salários, provisões e encargos sociais		(2.899)	(1.473)	(2.200)	(1.077)
Adiantamentos de clientes		(8.037)	(122.308)	(5.071)	(122.506)
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	20.4)	(4.119)	(6.917)	(4.756)	(8.027)
Partes Relacionadas		(132.075)	132.075	-	-
Outras obrigações		(574)	21	(1.065)	94
Caixa líquido (aplicado nas) atividades operacionais		(185.881)	29.844	(49.884)	17.140
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Recebimento de dividendos de controladas	13	(39.177)	11.926	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	14	(503)	(1.696)	(2.225)	(3.138)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos		(39.680)	10.230	(2.225)	(3.138)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Partes relacionadas		177.155	(20.860)	5.701	171
Pagamentos de dividendos		-	-	(240)	-
Pagamento de debêntures - principal	16	-	(80.000)	-	(80.000)
Pagamento de debêntures - juros	16	-	(8.925)	-	(8.925)
Contratação de empréstimos e financiamentos	16	60.000	109.000	60.000	109.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	16	(43.744)	(69.471)	(43.744)	(69.471)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	16	(1.467)	(1.346)	(1.467)	(1.346)
Pagamento de passivos de arrendamento	17	(4.619)	(4.999)	(4.676)	(5.113)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		187.325	(76.601)	15.574	(55.684)
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS					
		67	792	(441)	35.720
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR					
		-	-	2.689	(27.849)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		(38.169)	(35.735)	(34.287)	(33.811)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do exercício		80.936	116.671	146.200	180.011
No final do exercício		42.767	80.936	111.913	146.200
(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS					
		(38.169)	(35.735)	(34.287)	(33.811)
As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias					

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
RECEITAS				
De serviços e produtos	66.549	504.956	175.674	734.125
Reversão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	-	283	(288)	(105)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(61.186)	(474.054)	(108.399)	(538.835)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(24.562)	(19.902)	(38.600)	(35.015)
Recuperação (perda) de valores ativos	(22.390)	2.131	(22.624)	2.054
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) BRUTO	(41.589)	13.414	5.763	162.224
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(4.219)	(3.883)	(5.559)	(4.894)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(45.808)	9.531	204	157.330
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	63.076	124.738	75.328	28.514
Receitas financeiras	42.172	25.746	62.432	32.543
Resultado de equivalência patrimonial	7.122	103.328	-	-
Outros resultados com investimentos	-	(4.559)	-	(4.559)
Outras receitas (despesas)	13.782	223	12.896	530
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	17.268	134.269	75.532	185.844
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	15.684	16.149	25.235	21.791
Remuneração direta	3.903	6.819	11.411	10.878
Benefícios	11.376	8.832	13.293	10.302
FGTS	405	498	531	611
Impostos, taxas e contribuições	9.037	27.591	24.324	45.654
Federais	7.365	6.833	17.463	14.417
Estaduais	-	-	4.321	2.942
Municipais	1.672	20.758	2.540	28.295
Remuneração de capitais de terceiros	62.012	33.155	94.214	60.201
Juros, variação cambial negativa e monetária	61.557	32.575	93.372	55.127
Aluguéis	455	580	842	832
Outras	-	-	-	4.242
Remuneração de capital próprio	(69.465)	57.374	(68.241)	58.198
Lucro (prejuízo) do exercício	(69.465)	57.374	(69.465)	57.374
Participação dos acionistas não controladores	-	-	1.224	824
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	17.268	134.269	75.532	185.844

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS**a) Contexto operacional**

A T4F Entretenimento S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento "Novo Mercado" da Bolsa de valores do Brasil B3, sob o código "SHOW3", que, em conjunto com suas controladas ("Grupo"), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero.

A Administração avalia constantemente os indicadores operacionais, os resultados alcançados e a posição financeira da Companhia baseados nas diretrizes estratégicas em curso.

Nesse sentido a Administração da Companhia avaliou a posição corrente dos ativos e passivos, bem como a disponibilidade de caixa, e concluiu que são suficientes para garantir as operações da Companhia nos próximos 12 meses e, conseqüentemente, a Administração não constatou indícios relacionados à incapacidade da Companhia de manter a continuidade de suas operações e, portanto, essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base nesta premissa.

A redução das principais linhas de resultado no acumulado de 2024 reflete um calendário de eventos mais enxuto em relação a 2023. O comparativo é impactado pela ausência de grandes eventos realizados no ano anterior, como o festival Lollapalooza, além da abertura de vendas para shows de alto impacto, como os de Taylor Swift e o festival Primavera Sound. Esse cenário justifica as variações nas receitas e demais contas, oferecendo uma visão mais consolidada e ajustada do panorama atual.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 24 de março de 2025.

b) Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse)

O Perse foi instituído pela Lei 14.148/2021 para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19. Entre os benefícios previstos, ficaram reduzidas a 0% (zero), pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos da mencionada lei, as alíquotas de Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos de acordo com determinadas atividades econômicas.

Diante disso, a Companhia, amparada pela lei e com a intenção de mitigar os efeitos da pandemia, aderiu a tais benefícios da Lei com efeitos nas linhas de receita líquida e IRPJ e CSLL (notas explicativas nº22 e nº27 respectivamente).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Em 22 de maio de 2024 foi promulgada a Lei n. 14.859/2024, que alterou a Lei n. 14.148/2021 e estabeleceu mudanças e limites ao benefício fiscal do Perse. De acordo com a nova lei, o Perse resta mantido até dezembro de 2026, desde que não seja atingido o teto de gastos de R\$15 bilhões antes dessa data, entre outras condições para o usufruto do benefício. Pela nova lei as atividades econômicas da Companhia e de suas controladas ainda estão abrangidas pelo Perse, no entanto, em abril de 2024, apenas as controladas permanecem no programa.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

a) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas como “IFRS Accounting Standards”), e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

b) As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

c) A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

d) As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2) utilizando o método indireto. As informações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional das operações da Companhia. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

b) Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise das perdas estimadas, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se e (iv) histórico do cliente. A perda é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimentos de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

c) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

d) Aquisições de controladas - ágio

As combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

e) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu as unidades geradoras de caixa e estas são submetidas anualmente a testes de perda do valor recuperável, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil indefinida, quando uma perda do valor recuperável para ágio é reconhecida, essa perda não poderá ser revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

f) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável ao menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida imediatamente no resultado.

g) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

g.i) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

h) Adiantamentos de clientes

Compreende o valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, cessão de espaço e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que as obrigações de performance sejam cumpridas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

i) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

O Grupo reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto.

Baseada no modelo de cinco etapas da norma, a saber: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida, a Companhia analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem quando:

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

j) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

A Companhia, amparada pela lei e com a intenção de mitigar os efeitos da pandemia, em razão do PERSE, no período de 60 meses, contados do efeito da lei, tem as alíquotas do IRPJ e CSLL incidentes sobre as receitas das atividades de eventos reduzidas a zero.

k) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

l) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes" e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

- i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;
- ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;
- iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica “Variação cambial na conversão de operações no exterior”.
- iv) Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS29) passou a ser requerida. A IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identifique a existência de hiperinflação).

m) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

n) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esta categoria é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais

Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, ativos de contrato e outros créditos.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024**Desreconhecimento**

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

ii) Passivos financeiros**Reconhecimento inicial e mensuração**

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivo ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

o) Consolidação

As demonstrações financeiras compreendem as informações contábeis do Grupo e suas controladas em 31 de dezembro de 2024. O controle obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Geralmente, há a presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

p) Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

p.i) Grupo como arrendatário

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

p.ii) Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

p.iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das políticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotaram as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024**a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis (nota explicativa nº 3.e.). Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 20). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024**e) Reconhecimento de receita**

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça uma análise com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS**Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025**

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Destacamos as alterações a seguir:

- Alterações à IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Acordos de Financiamento de Fornecedores.

As mudanças incluem um novo objetivo de divulgação na IAS 7, determinando que uma entidade deve fornecer informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores, permitindo que os usuários das projeções financeiras avaliem o impacto desses acordos nos passivos e fluxos de caixa. Além disso, a IFRS 7 foi revisada para incluir os acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências de divulgação relacionadas à exposição da entidade à concentração de risco de liquidez.

- Alteração à IFRS 16 – Arrendamentos – Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and Leaseback”.

As modificações na IFRS 16 introduzem requisitos para a mensuração subsequente de transações de “sale and leaseback” que atendem aos critérios da IFRS 15 para serem contabilizadas como venda. Estas alterações determinam que o vendedor-arrendatário estabeleça os 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de forma a evitar o reconhecimento de ganhos ou perdas relacionadas ao direito de uso bloqueado por ele após a data de início.

Sem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, novas e revisadas emitidas e ainda não vigentes:

- Alterações à IAS 21 – Falta de Conversibilidade.
- Alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade.
- IFRS 18 -Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras.

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 – Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduziu novas exigências para: apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras; melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

- IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS.

A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la.

A Companhia e suas controladas avaliaram as alterações e não identificaram impactos significativos em decorrência dessa alteração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024.

6. CONSOLIDAÇÃO

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Participação - %		Controladas indiretas	Participação - %	
	2024	2023		2024	2023
Time for Fun Mídia Ltda.	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
T4F Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	Tickets For Fun Chile S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
Ticket Co. SpA	100,00	100,00	T4F Entretenimientos Argentina S.A.	1,71	1,71
T4F Entretenimientos Peru S.A.C.	60,00	60,00			
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	98,29	98,29			
T4F Entretenimiento Chile SpA.	100,00	100,00			
IT.ART Tecnologia Ltda.	60,00	60,00			

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos, passivos e a receita líquida das controladas diretas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

Controladas:	2024			2023		
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
Time for Fun Mídia Ltda	436	3.074	-	363	2.724	-
T4F Metropolitan Empreendimentos S.A.	33.904	1.740	947	136.566	60.278	124.057
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	5.030	2.549	4.675	18.544	10.257	27.004
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e subsidiárias indiretas	112.201	41.419	65.376	78.801	36.516	33.364
T4F USA Inc.	6.050	21	-	4.507	17	-
Ticket Co. SpA	14.647	4.092	553	14.097	5.703	4.677
T4F Entretenimientos Peru S.A.C.	8.433	16.768	-	6.705	12.747	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	51	1.378	-	28	1.030	959
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	9.516	17.685	13.876	4.000	9.566	6.233
IT.ART Tecnologia Ltda.	36.540	19.160	19.062	44.139	29.895	22.937

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Time for Fun Mídia Ltda. - tem como objetivo a locação, produção ou montagem de mídia exterior (outdoor) ou indoor, o agenciamento de propaganda e publicidade, execução, divulgação em veículos de imprensa falada, escrita e televisionada e marketing, promoção e programação de espetáculos e eventos artísticos, culturais e desportivos.
- T4F Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objetivo social é o investimento em companhias constituídas na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (1,63%), Ticketek Argentina S.A. (12,3%), Clemente Lococo S.A. (95%), T4F Chile S.A. (99,31%), Tickets for Fun Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (0,08%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (87,7%), T4F Chile S.A. (0,0005%) e Promaser S.A (100%).
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objetivo a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- T4F Entretenimientos Argentina S.A. - tem como objetivo principal a produção, comercialização e organização de espetáculos ao vivo com conteúdos e artistas nacionais e internacionais.
- T4F Entretenimientos Peru S.A.C. - tem como objetivo principal a organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.
- T4F Entretenimiento Chile SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a representação, organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos culturais, musicais, artísticos e esportivos em geral.
- IT.Art Tecnologia S.A (“INTI”) - empresa de tecnologia com foco na negociação de ingressos para o setor de entretenimento e cultura.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	757	2.430	10.710	10.356
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa ⁽ⁱ⁾	-	-	42.557	30.312
Certificado de Depósito Bancário - CDB ⁽ⁱⁱ⁾	31.284	65.031	42.760	80.682
Operação compromissada - DI ⁽ⁱⁱⁱ⁾	10.726	13.475	15.886	24.850
Total	42.767	80.936	111.913	146.200

(i) Nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,70% a 0,89% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básicos do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor. Nas controladas da Argentina, aplicações realizadas através de um agente de investimento em carteiras diversificadas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

(ii) CDBs e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata e vencimento inferior ou igual a 1800 dias, remunerados em ambos os períodos por taxas médias de 97% a 104,5% da variação do CDI (95,5% a 104% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2023), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Cientes faturados	3.523	21.932	10.902	32.433
Bilheteria	8.026	11.441	35.086	35.147
Patrocínios a faturar	-	-	176	228
Total das contas a receber	11.549	33.373	46.164	67.808
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(3.462)	(2.842)
Total	11.549	33.373	42.702	64.966

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer:	10.524	22.643	38.589	43.700
Vencidas:				
Até 30 dias	243	8.454	3.888	13.493
De 31 a 60 dias	106	1.894	113	1.918
De 61 a 90 dias	147	-	340	2
De 91 a 180 dias	348	-	702	31
Há mais de 180 dias	181	382	2.532	8.664
Total das contas a receber	11.549	33.373	46.164	67.808

c) Perda esperada com créditos para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação de perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldos inicial	2.842	4.595
(+) Adições	288	-
Variação cambial e monetária	332	(1.753)
Saldos final	3.462	2.842

Na controladora não há registro de perda esperada com créditos para redução das contas a receber de clientes, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRPJ/CSLL - antecipações	-	163	1.470	321
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	13.503	12.972	15.520	14.019
Programa de Integração Social - PIS	3.410	3.762	3.549	3.866
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS ⁽ⁱ⁾	18.397	16.981	19.028	17.450
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	6.475	3.536
Imposto sobre faturamento	-	-	1.116	223
Impostos federais a recuperar ⁽ⁱ⁾	20.995	20.507	22.287	22.228
Total	56.305	54.385	69.445	61.643
Circulante	44.247	22.151	57.387	29.409
Não Circulante	12.058	32.234	12.058	32.234

(i) Refere-se substancialmente a impostos sobre pagamento de cachês.

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Eventos, shows e espetáculos contratados ⁽ⁱ⁾	809	627	2.963	4.851
Outros	112	-	123	58
Total	921	627	3.086	4.909

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, de modo a garantir a execução do serviço ou produto à medida que os respectivos eventos forem realizados, assim como o reconhecimento do serviço ou produto no resultado.

11. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Eventos, shows e espetáculos contratados ⁽ⁱ⁾	754	27.951	825	28.220
Seguros a apropriar ⁽ⁱⁱ⁾	7.323	2.061	7.323	2.061
Outros	172	398	519	613
Total	8.249	30.410	8.667	30.894
Circulante	3.056	29.923	3.474	30.407
Não Circulante	5.193	487	5.193	487

(i) A redução ocorreu pela diminuição de contratação para realização de grandes conteúdos.

(ii) Refere-se majoritariamente a contratos de seguro garantia.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

As parcelas para os eventos, shows e espetáculos contratados serão apropriadas ao resultado, conforme realização.

	Controladora	Consolidado
1º trimestre de 2025	787	1.156
2º trimestre de 2025	1.139	1.139
3º trimestre de 2025	678	678
4º trimestre de 2025	453	502
A partir de 2026	5.192	5.192
	8.249	8.667

12. PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém transações financeiras com partes relacionadas. Estas transações incluem a concessão e obtenção de financiamentos, entre outras operações econômicas.

De acordo com as regulamentações fiscais brasileiras, em especial a Lei nº 14.596/2023, a Companhia é requerida a estabelecer e documentar essas transações com base no princípio do "arm's length", assegurando que os preços e termos acordados sejam consistentes com aqueles que prevaleceriam entre partes independentes em transações similares.

A Companhia utiliza preços consistentes com transações de mercado e pretende optar pela aplicação à legislação por meio do Portal e-CAC da Receita Federal do Brasil ao longo de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia manteve transações financeiras com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

12.1. Transações com empresas relacionadas

Controladora:	Categoria	2024			2023		
		Ativo Total	Passivo Total	(Despesa) Receita	Ativo Total	Passivo Total	(Despesa) Receita
Time for Fun Mídia Ltda.	Controlada	50	-	-	-	-	-
CIE Internacional S.A. de C.V. ⁽ⁱ⁾	Acionista	8.366	-	2.903	10.996	-	305
T4F Metropolitan Empreendimentos S.A. ^(v)	Controlada	-	30.944	673	52.128	132.075	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	Controlada	106	-	(148)	-	1.313	567
T4F Chile S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	Controlada indireta	-	45.972	(11.679)	-	34.294	782
Promaser S.A.	Controlada indireta	331	-	-	331	-	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A. ^(vi)	Controlada	723	-	1.121	4.802	-	(43)
T4F Inversiones S.A. ^(vi)	Controlada	4.264	-	259	-	1.196	93
T4F USA Inc. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Controlada	-	5.868	(1.505)	-	4.362	84
T4F Entretenimientos Peru S.A.C. ^(iv)	Controlada	10.168	-	2.722	7.447	-	(84)
IT.ART Tecnologia Ltda.	Controlada	394	-	342	15	-	(36)
Total		24.402	82.784	(5.312)	75.719	173.240	1.668
Circulante		-	-	673	-	132.075	-
Não Circulante		24.402	82.784	(5.985)	75.719	41.165	1.668

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Consolidado:	Categoria	2024		2023	
		Ativo não circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	(Despesa) Receita
CIE Internacional S.A. de C.V. (i)	Acionista	8.418	2.903	11.044	305
Outras partes relacionadas		-	-	172	-
Total		8.418	2.903	11.216	305

(i) A Companhia e suas controladas mantêm, com seus acionistas minoritários CIE Internacional S.A. e com o atual acionista controlador, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007. Desta forma, quando eventuais pagamentos de processos deste período ocorrem, tais valores são acrescidos a estes saldos.

(ii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia celebrou empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$ 8.000. Após amortizações de US\$ 1.000 em maio de 2012 e de US\$ 1.500 em outubro de 2012, o valor do montante passou a ser US\$ 5.500. O empréstimo foi atualizado anualmente pela taxa LIBOR até julho de 2023 quando esse indexador foi descontinuado. Desde então o empréstimo vem sendo atualizado pela taxa SOFR (Secured Overnight Financing Rate) e por juros de 1%. Em 31 de dezembro de 2024 o montante atualizado convertido para reais é de R\$ 47.435 (R\$ 35.434 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia possui outros valores a receber referentes a faturas passíveis de ressarcimento no montante de US\$ 236, convertidos para reais em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$ 1.463 (R\$ 1.140 em 31 de dezembro de 2023).

(iii) Representa principalmente o valor a pagar do contrato de mútuo assinado em junho de 2016, entre a Companhia e a controlada T4F USA S.A., no montante de US\$ 700. Após amortizações de US\$ 40 em agosto de 2017 e de US\$ 15 em maio de 2022, o valor do montante passou a ser US\$ 645. O empréstimo foi atualizado anualmente pela taxa LIBOR até julho de 2023 quando esse indexador foi descontinuado. Desde então o empréstimo vem sendo atualizado pela taxa SOFR e por juros de 2%. Em 31 de dezembro de 2024 o montante atualizado convertido para reais é de R\$ 5.637 (R\$ 4.182 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia possui outros valores a pagar referentes a faturas passíveis de ressarcimento no montante de US\$ 37, convertidos para reais em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$ 231 (R\$ 180 em 31 de dezembro de 2023).

(iv) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Peru S.A.C assinado em junho de 2016 no montante de US\$ 2.200 atualizado anualmente por juros de 7,6%. Após amortização em outubro de 2016, o montante passou a ser de US\$ 639. Em abril de 2017, a Companhia assinou contrato no montante de US\$ 800 mil. O empréstimo foi atualizado anualmente pela taxa LIBOR até julho de 2023 quando esse indexador foi descontinuado. Desde então o empréstimo vem sendo atualizado pela taxa SOFR e por juros de 3%. Após amortização em julho do mesmo ano o montante passou a ser de US\$ 550. Em 31 de dezembro de 2024 os montantes atualizados convertidos para reais é de R\$ 11.535 (R\$ 8.538 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia possui outros valores a pagar referentes a acordos firmados entre as partes no montante de S/. 829 (soles), convertidos para reais em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$ 1.367 (R\$ 1.091 em 31 de dezembro de 2023).

(v) Refere-se a valores que a controlada recebeu da controladora para custos de operação.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

(vi) Representa principalmente o valor a receber dos contratos assinados entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Argentina S.A. em setembro, outubro e novembro de 2018, no montante de US\$ 4.500. Após amortizações de US\$ 76 em abril de 2019 e de US\$ 331 em agosto de 2020, o valor do montante passou a ser de US\$ 792. O empréstimo foi atualizado anualmente pela taxa LIBOR até julho de 2023 quando esse indexador foi descontinuado. Desde então o empréstimo vem sendo atualizado pela taxa SOFR e por juros de 2,4%. Em março de 2024, após acordo entre as partes, houve compensação de saldos e parte do mútuo foi transferido para a controlada T4F Inversiones S.A. O montante transferido foi de US\$ 688 convertidos para reais em 31 de dezembro de 2024 no valor R\$ 4.264. O saldo remanescente do contrato na controlada Entretenimientos Argentina S.A em 31 de dezembro de 2024 é de US\$ 364 convertidos para reais no valor de R\$ 2.253. A Companhia possui outros valores a pagar referentes a faturas passíveis de ressarcimento no montante de US\$ 247, convertidos para reais em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$ 1.529 (R\$ 1.196 em 31 de dezembro de 2023).

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

12.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

	2024			2023		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Controladora						
<u>Remuneração</u>						
Conselho de Administração	1.008	-	1.008	1.566	-	1.566
Conselho Fiscal	84	-	84	-	-	-
Diretores estatutários	1.336	200	1.536	2.526	1.073	3.599
Total	2.428	200	2.628	4.092	1.073	5.165

	2024			2023		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Consolidado						
<u>Remuneração</u>						
Conselho de Administração	1.008	-	1.008	1.728	-	1.728
Conselho Fiscal	137	-	137	-	-	-
Diretores estatutários	2.913	267	3.180	2.904	1.073	3.977
Total	4.058	267	4.325	4.632	1.073	5.705

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo e (iii) benefícios de rescisão de contrato de administração.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações das controladas

a.1) 31 de dezembro de 2024

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Participação %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda.	(2.638)	(277)	99,99	(277)	(2.638)	-
T4F Metropolitan Empreendimentos S.A.	32.164	1.013	99,99	1.013	-	32.164
T4F Entretenimientos Argentina S.A. ⁽ⁱ⁾	(8.169)	4.005	98,29	4.005	(8.169)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	2.481	2.421	99,99	2.421	-	2.481
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	70.782	(2.940)	100,00	(2.940)	-	70.782
T4F USA Inc.	6.029	248	100,00	248	-	6.029
Ticket Co. SpA.	10.555	989	100,00	989	-	10.555
T4F Entretenimientos Peru S.A.C.	(8.335)	(676)	60,00	(406)	(5.001)	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	(1.327)	(173)	100,00	(173)	(1.327)	-
IT.ART Tecnologia Ltda.	17.380	3.736	60,00	2.242	-	10.428
Total				7.122	(17.135)	132.439

(i) inclui o percentual da participação indireta de 1,71% da T4F Entretenimientos Argentina S.A.

a.2) 31 de dezembro de 2023

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Participação %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda.	(2.361)	(296)	99,99	(296)	(2.361)	-
T4F Metropolitan Empreendimentos S.A.	76.287	106.942	99,99	106.942	-	76.287
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	(5.566)	(762)	98,29	(762)	(5.566)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	8.287	8.227	99,99	8.227	-	8.287
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	42.285	(13.275)	100,00	(13.275)	-	42.285
T4F USA Inc.	4.490	230	100,00	230	-	4.490
Ticket Co. SpA.	8.394	445	100,00	445	-	8.394
T4F Entretenimientos Peru S.A.C.	(6.042)	(462)	60,00	(278)	(3.625)	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	(1.002)	582	100,00	582	(1.002)	-
IT.ART Tecnologia Ltda.	14.244	2.522	60,00	1.513	-	8.546
Total				103.328	(12.554)	148.289

a.3) Movimentação da rubrica "Investimentos em controladas" e "Provisão para perdas em investimentos em controladas" em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

	Controladora 2024	Controladora 2023
Saldo inicial do investimento líquido	135.735	36.191
Equivalência patrimonial	7.122	103.328
Variação cambial na conversão de investimentos no exterior	26.170	8.142
Recebimento de dividendos de controladas	(7.273)	(11.926)
Dividendos retidos de controladas	(46.450)	-
Saldo final do investimento líquido	115.304	135.735
Provisão para perdas em investimentos em controladas	17.135	12.554
Saldo final do investimento	132.439	148.289

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
T4F Metropolitan Empreendimentos S.A. (i)	36.269	36.269	36.269	36.269
Perdas por redução ao valor recuperável (i)	(17.268)	(17.268)	(17.268)	(17.268)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (ii)	83.205	83.205	83.205	83.205
Perdas por redução ao valor recuperável (ii)	(48.470)	(26.017)	(48.470)	(26.017)
IT.ART Tecnologia Ltda.	4.744	4.744	4.744	4.744
Total	58.480	80.933	58.480	80.933

O valor recuperável de uma UGC (unidade geradora de caixa) é determinado com base em cálculos do valor em uso, em função das projeções de fluxo de caixa antes do imposto de renda e da contribuição social, embasados em orçamentos operacionais aprovados pela administração para um período de cinco anos, além de expectativas de mercado disponibilizadas por fontes públicas reconhecidas e consideradas confiáveis.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 são as que seguem:

Cálculo do CAPM & WACC	2024			2023		
	Brasil	Argentina	Chile	Brasil	Argentina	Chile
Risk Free	2,5%	2,5%	N/A	2,0%	2,0%	2,0%
Market Risk Premium	4,6%	4,6%	N/A	5,3%	5,3%	5,3%
Beta	127,3%	127,3%	N/A	130,0%	130,0%	130,0%
Country Risk (bps)	3,3%	16,0%	N/A	4,4%	17,6%	1,2%
Income Tax Rate	34,0%	25,0%	N/A	34,0%	25,0%	26,0%
Before Tax Cost of Debt				12,5%	N/A	N/A
Kd	11,4%	N/A	N/A	8,6%	N/A	N/A
Ke	15,5%	24,3%	N/A	13,3%	26,4%	10,1%
WACC	14,8%	24,3%	N/A	12,5%	26,4%	10,1%

(i) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da T4F Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$ 36.269, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que justificaram sua origem. Em 31 de dezembro de 2020, quando submetido ao teste de "impairment", utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$ 17.268, classificada na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Entre outros, o principal fator que resultou no reconhecimento do "impairment" foi a descontinuidade da casa de espetáculos, e a falta de perspectiva de retomada das operações devido a COVID 19.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

(ii) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou referido ágio, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Em 31 de dezembro de 2014, quando submetido ao teste de "impairment", utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$ 20.002, classificada na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Os principais fatores que resultaram no reconhecimento do impairment são: não renovação de alguns conteúdos e o aumento dos custos de operação em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2020, quando submetido ao teste de "impairment" foi identificado uma nova provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$ 6.015, devido ao impacto sofrido em nossas operações com a pandemia da COVID-19. Em 31 de dezembro de 2024, em função da deterioração das condições de mercado estabelecidas na Argentina, foi realizado um teste de recuperabilidade nos ativos utilizando a metodologia de fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma perda por impairment de R\$ 22.453, registrada na rubrica "outras despesas operacionais" na Demonstração do Resultado do Exercício. Os principais fatores que resultaram no reconhecimento do impairment são: cenário e instabilidade econômica do país, bem como a alta e supervalorização de cachês praticados por concorrentes do setor tem inviabilizado a realização de grandes turnês internacionais."

14. IMOBILIZADO, OUTROS INTANGÍVEIS E BENS DE DIREITO DE USO

a) Imobilizado

i) Composição do imobilizado

Custo		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Terrenos		-	-	2.988	1.366
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros		24.678	23.764	63.116	42.550
Móveis e utensílios		2.115	2.064	3.619	3.335
Máquinas e equipamentos		4.449	4.322	5.385	5.097
Equipamentos de processamento de dados		2.809	2.807	8.904	6.831
Estruturas		152	152	152	152
Veículos		442	442	442	442
Imobilizado em andamento		-	839	-	839
Total		34.645	34.390	84.606	60.612

Taxa média anual de depreciação e amortização - %		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Depreciação acumulada					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	17	(23.750)	(23.568)	(60.332)	(41.298)
Móveis e utensílios	10	(1.843)	(1.829)	(3.343)	(3.094)
Máquinas e equipamentos	9	(3.729)	(3.631)	(4.539)	(4.297)
Equipamentos de processamento de dados	19	(2.465)	(2.338)	(7.970)	(6.145)
Estruturas	23	(152)	(151)	(152)	(151)
Veículos	20	(442)	(442)	(442)	(442)
Total		(32.381)	(31.959)	(76.778)	(55.427)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imobilizado líquido				
Terrenos	-	-	2.988	1.366
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	928	196	2.784	1.252
Móveis e utensílios	272	235	276	241
Máquinas e equipamentos	720	691	846	800
Equipamentos de processamento de dados	344	469	934	686
Estruturas	-	1	-	1
Imobilizado em andamento	-	839	-	839
Total	2.264	2.431	7.828	5.185

ii) Movimentação do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	2.431	1.598	5.185	5.117
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros	207	28	207	360
Móveis e utensílios	20	-	21	-
Máquinas e equipamentos	90	12	129	12
Equipamentos de processamento de dados	-	416	380	510
Imobilizado em andamento	-	838	-	838
Total de adições	317	1.294	737	1.720
Baixas líquidas	-	(9)	(17)	(9)
Depreciação	(484)	(452)	(693)	(559)
Efeitos de variação cambial e monetária	-	-	2.616	(1.084)
Total	(484)	(461)	1.906	(1.652)
Saldo final	2.264	2.431	7.828	5.185

b) Imobilizado reavaliado

i) Composição do imobilizado reavaliado

	2024		2023	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Controladora e consolidado:				
Obras civis em propriedades de terceiros	8.039	(8.039)	-	-
Móveis e utensílios	240	(237)	3	6
Máquinas e equipamentos	628	(448)	180	202
Equipamentos de processamento de dados	85	(62)	23	26
Equipamentos Aurolights - incorporação	58	(58)	-	-
	9.050	(8.844)	206	234
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(70)	(80)
Reserva de reavaliação remanescente no patrimônio líquido			136	154

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

c) Outros intangíveis

i) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software e direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais, conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Custo					
Marcas, direitos e patentes		1.640	1.640	4.520	3.166
Software		10.814	9.048	18.957	13.940
Outros intangíveis		5.101	5.101	5.151	5.151
Intangível em andamento		161	1.740	161	1.740
Amortização					
Marcas, direitos e patentes	Indefinida	-	-	(2.865)	(1.514)
Software	20	(8.586)	(7.766)	(13.913)	(10.617)
Outros intangíveis	11	(4.987)	(4.953)	(4.987)	(4.953)
Total		4.143	4.810	7.024	6.913

ii) Movimentação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	4.810	4.921	6.913	6.602
Adições:				
Software	25	-	1.327	1.016
Intangível em andamento	161	402	161	402
Total de adições	186	402	1.488	1.418
Amortização⁽ⁱ⁾	(853)	(513)	(1.611)	(987)
Efeitos de variação cambial e monetária	-	-	234	(120)
	(853)	(513)	(1.377)	(1.107)
Saldo final	4.143	4.810	7.024	6.913

(i) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 23.b).

d) Bens de direito de uso

i) Composição dos bens de direito de uso

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Custo					
Amortização	21	(6.738)	(3.925)	(7.146)	(4.284)
Total⁽ⁱ⁾		11.403	14.283	11.403	14.332

(i) Representa substancialmente os contratos de locação de imóveis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

ii) Movimentação dos bens de direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	14.283	5.988	14.332	6.135
Adições ⁽ⁱ⁾	71	14.499	71	14.499
Remensuração ⁽ⁱⁱ⁾	-	313	-	313
Amortização	(2.882)	(2.918)	(2.931)	(3.016)
Baixas líquidas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(69)	(3.599)	(69)	(3.599)
Saldo final	11.403	14.283	11.403	14.332

(i) Refere-se substancialmente a renovação do contrato de locação da casa de espetáculo de São Paulo.

(ii) Refere-se a atualização anual dos contratos de locação de imóveis (nota explicativa nº 3.p.iii).

(iii) Refere-se a cancelamento do contrato anterior da locação da casa de espetáculo de São Paulo.

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores nacionais	26.338	48.667	70.810	106.415
Fornecedores estrangeiros	2.766	39.239	3.089	39.511
Total	29.104	87.906	73.899	145.926

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Empréstimo em moeda estrangeira	7,48%	76.057	39.368	76.057	39.368
Total do passivo circulante		76.057	39.368	76.057	39.368

Os vencimentos das parcelas dos empréstimos ocorrerão em 2024.

A seguir, a movimentação do montante envolvido:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	39.368	81.966	39.368	81.966
Adições	60.000	109.000	60.000	109.000
Pagamentos de principal	(43.744)	(149.471)	(43.744)	(149.471)
Pagamentos Juros	(1.467)	(10.271)	(1.467)	(10.271)
Apropriação Juros	4.454	8.370	4.454	8.370
Variação cambial líquida	17.446	(226)	17.446	(226)
Saldo final	76.057	39.368	76.057	39.368

a) Empréstimos em moeda estrangeira

Em 07 de junho de 2023, a Companhia contratou um empréstimo no montante de €7.591 e outro, posteriormente, em 20 de junho de 2023, no valor de US\$6.000. Esses montantes convertidos para reais totalizaram R\$40.000 e R\$29.000, respectivamente. Os referidos empréstimos possuem vencimento previsto para 90 dias a partir das datas de contratação. A Companhia celebrou contrato de SWAP, cujo indexador foi de CDI + 2,15% a.a. para o empréstimo de €7.591. Esse contrato de SWAP visou proteger a Companhia contra possíveis oscilações nas taxas de câmbio e, por consequência, possíveis perdas financeiras que poderiam ser causadas pela volatilidade do mercado cambial. Em

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

14 de setembro de 2023 ambos os empréstimos em moeda estrangeira foram liquidados. O resultado financeiro obtidos pelo contrato de SWAP foi uma perda de R\$ 494.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Em 18 de dezembro de 2023, a Companhia contratou um empréstimo no montante de US\$8.117 convertidos para reais totalizando R\$40.000, com vencimento previsto para 120 dias a partir da data de contratação. O contrato de SWAP possui indexador de 6,7827%. Em 14 de junho de 2024 o empréstimo em moeda estrangeira foi liquidado pelo valor total de R\$ 43.744. O resultado financeiro obtido pelo contrato de SWAP foi um ganho de R\$ 1.308.

Em 14 de maio de 2024, a Companhia contratou um empréstimo no montante de US\$11.789 convertidos para reais totalizando R\$60.000, com vencimento previsto para 272 dias a partir da data do desembolso. O contrato de SWAP possui indexador de 6,528%.

O saldo ativo com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 11.913. (Saldo passivo de R\$ 767 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia informa que não possui covenants relacionados aos seus empréstimos, ou seja, não há cláusulas contratuais que imponham restrições ou obrigações específicas em relação a esses financiamentos.

b) Movimentação instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	(767)	-	(767)	-
Ganhos em operação swap	23.419	-	23.419	-
Perdas em operação swap	(8.303)	(767)	(8.303)	(767)
Ganho bruto de Swap na Liquidação	(3.045)	-	(3.045)	-
Imposto de renda	609	-	609	-
Saldo final	11.913	(767)	11.913	(767)

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Modalidade	Taxa média anual de juros	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Passivo de arrendamento	CDI + 1,63%	13.132	15.890	13.132	15.944
Parcela do passivo circulante		2.750	2.750	2.750	2.804
Parcela do passivo não circulante		10.382	13.140	10.382	13.140

Os vencimentos dos contratos ocorrerão em 2025, 2026 e 2029

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	15.890	9.651	15.944	9.803
Juros do exercício	1.866	2.122	1.869	2.138
Adição por novos contratos ⁽ⁱ⁾	-	14.501	-	14.501
Contraprestação paga	(4.619)	(4.999)	(4.676)	(5.113)
Ajuste por remensuração ⁽ⁱⁱ⁾	71	313	71	313
Baixa ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(76)	(5.698)	(76)	(5.698)
Saldo final	13.132	15.890	13.132	15.944

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

- (i) Refere-se substancialmente a renovação do contrato de locação da casa de espetáculo de São Paulo.
(ii) Refere-se a atualização anual dos contratos de locação de imóveis (nota explicativa nº 3.p.iii).
(iii) Refere-se ao cancelamento do contrato anterior da locação da casa de espetáculo de São Paulo. (nota explicativa nº 14).

Conforme exigência no CPC 06 (R2), a Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo em 31 de dezembro de 2024:

Vencimento das prestações	Controladora	Consolidado
2025	4.318	4.318
2026	3.689	3.689
2027	3.240	3.240
2028	3.240	3.240
2029	3.240	3.240
Valores não descontados	17.727	17.727
Juros embutidos	(4.595)	(4.595)
Saldo do passivo de arrendamento	13.132	13.132

Abaixo é apresentado o indicativo do direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Nominal	Ajustado valor Presente
Contraprestação do arrendamento	17.727	13.132
PIS/COFINS potencial (9,25%)	1.640	1.215

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
COFINS a recolher	-	74	203	144
PIS a recolher	-	16	37	29
Imposto Sobre Serviços - ISS	158	4.951	360	5.199
IRPJ e CSLL a recolher ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	14.293	3.496
Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) ⁽ⁱ⁾	2.681	2.472	2.681	2.472
Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - Perse ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.464	443	1.499	469
IVA - imposto de valor agregado	-	-	228	174
ICMS a recolher - faturamento	-	5	34	663
INSS de terceiros a recolher	222	218	229	436
Outros	60	199	267	273
Parcelamento de impostos de controladas no exterior	-	-	156	63
Passivo circulante	4.585	8.378	19.987	13.418
Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) ⁽ⁱ⁾	15.933	15.900	15.933	15.900
Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - Perse ⁽ⁱⁱⁱ⁾	7.781	5.921	7.867	6.041
Parcelamento de impostos de controladas no exterior	-	-	258	92
Passivo não circulante	23.714	21.821	24.058	22.033

- (i) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129 de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Conforme regras definidas, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em dezembro 2021 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 17 de dezembro de 2021 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses.

(ii) Em maio de 2021 foi publicada a Lei n.º 14.148/2021, a qual estabeleceu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – Perse, que reuniu um conjunto de medidas adotadas com o objetivo de estimular a regularização fiscal relativa aos débitos inscritos em dívida ativa da União em face de contribuintes que integram o Setor de Eventos, permitindo a retomada da atividade produtiva em razão dos efeitos da pandemia de Covid-19. A adesão à negociação foi concretizada em 03 de agosto de 2021, para pagamento do débito de R\$ 4,2 milhões em 145 meses, sendo que o valor das parcelas será acrescido de juros equivalentes à taxa SELIC apurada mensalmente.

(iii) A variação se deu pelo registro de provisão de impostos em controladas argentinas.

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Patrocínios (a.1)	800	9.225	4.258	9.718
Eventos privados (a.2)	7.338	2.476	7.359	2.495
Vendas antecipadas de ingressos (b)	12.768	17.242	12.768	17.241
Total	20.906	28.943	24.385	29.454

(a) Contratos: patrocínios e eventos privados.

(a.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

(a.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos e eventos externos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas.

(b) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais com probabilidade de perda provável:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Trabalhistas	3.224	3.828	10.146	9.375
Cíveis	22.627	20.707	27.124	25.730
Tributários	454	436	465	12.189
Total	26.305	24.971	37.735	47.294

20.1) Processos tributários com probabilidade de perda possível

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 177.874 (R\$ 189.412 em 31 de dezembro de 2023).

Entre os processos tributários com probabilidade de perda possível que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários com probabilidade de perda possível envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 31 de dezembro de 2024, o montante global desses processos é de aproximadamente R\$ 45.802 (R\$ 46.996 em 31 de dezembro de 2023).

b) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível em relação a 71% do lançamento. Em 31 de dezembro de 2024, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$ 11.025 (R\$ 10.588 em 31 de dezembro de 2023).

c) Em julho de 2020, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL para os anos de 2015 a 2017, relativos à: (i) desconsideração das amortizações referentes ao ágio registrado em 14/07/2007, na operação de incorporação de empresa; (ii) imposição de multas isoladas de 50%, decorrentes da insuficiência dos pagamentos mensais de IRPJ e CSLL, em razão da exclusão mensal das parcelas de amortização do ágio; e (iii) imposição de multas qualificadas de 150% sobre os valores de IRPJ e CSLL autuados. A Receita Federal do Brasil fundamenta o auto de infração encaminhado à Companhia, em síntese, em uma suposta diminuição indevida das bases de cálculo dos referidos tributos pela exclusão do ágio nas bases tributárias. Os valores somam R\$ 47.168 em imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) e R\$ 33.118 em contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). A Companhia afirma seu entendimento de que o ágio foi constituído de forma regular e em conformidade com legislação fiscal vigente à época. Em agosto de 2024, houve julgamento no CARF que, por maioria de votos, afastou a glosa de ágio, e por unanimidade de votos, afastou a multa qualificada e a responsabilidade dos responsáveis solidários. Aguarda-se o exame de admissibilidade do Recurso Especial interposto pela Fazenda. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível para o mérito que segue em discussão. Em 31 de dezembro de 2024, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$ 82.457 (R\$ 76.622 em 31 de dezembro de 2023).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

d) Em maio de 2022, a Companhia foi citada em uma ação de execução fiscal cujo objeto é a cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE-Royalties) sobre remessas ao exterior. Na opinião dos assessores jurídicos da Companhia a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2024, o valor da causa atualizado é de R\$ 4.741 (R\$ 4.566 em 31 de dezembro de 2023).

e) Em dezembro de 2022, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, em decorrência da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE-Royalties) sobre remessas ao exterior feitas a título de (i) direitos autorais; e (ii) direito de uso de marcas. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração e espera julgamento na 1ª instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2024, o valor atualizado do processo é de R\$ 11.550 (R\$ 10.692 em 31 de dezembro de 2023).

20.2) Processos trabalhistas com probabilidade de perda possível

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$ 5.429 (R\$ 7.714 em 31 de dezembro de 2023).

Entre os processos trabalhistas que representam discussões relevantes para a Companhia destaca-se o seguinte: A Companhia figura como 1ª. corré nos autos da Ação Civil Pública (“ACP”) proposta pelo Ministério Público do Trabalho (“MPT”), em trâmite na 1ª. Vara do Trabalho de São Paulo. O MPT reputa à 2ª corré, empresa prestadora de serviços que fora contratada pela Companhia, à suposta submissão de determinados profissionais contratados pela 2ª corré à condição degradante de trabalho na ocasião da montagem do evento “realizado no Autódromo de Interlagos em 2023, fatos que a Companhia nega veementemente. O MPF atribuiu à causa o valor de R\$ 1.000 e pediu: (i) a condenação solidária da Companhia e da 2ª. corré ao pagamento de indenização por danos morais individuais e coletivos; e (ii) a declaração de que houve exploração ilegal de mão de obra. Foi deferida a concessão de tutela provisória pelo Juízo de primeira instância, contra a qual a Companhia impetrou Mandado de Segurança perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª. Região, e obteve decisão liminar que cassou parcialmente a tutela provisória, declarando inexigível que a Companhia tenha a obrigação de fiscalizar os registros e jornadas de trabalho de empresas terceirizadas. A ação foi julgada parcialmente procedente e, apesar de ter reconhecido alguns dos pedidos do MPT, condenou a Companhia de forma solidária com a 2ª. corré ao pagamento de indenização por danos morais coletivos e de indenização por danos morais individuais. Aguarda-se o julgamento do recurso interposto. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2024, o valor da causa é de R\$ 1.169 (R\$ 1.054 em 31 de dezembro de 2023).

20.3) Processos cíveis com probabilidade de perda possível e outras

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 77.893 (R\$ 55.719 em 31 de dezembro de 2023).

Entre os processos cíveis com probabilidade de perda possível que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne à Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda “Iron Maiden”, ocorrido em janeiro de 2004. Em 31 de dezembro de 2024, o valor em discussão é de R\$ 3.273 (R\$ 2.982 em 31 de dezembro de 2023). De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

b) A Companhia figura no polo passivo de Ação de Cobrança movida pela Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo (CET), em que pleiteia os custos operacionais dispendidos para a operacionalização e minoração dos impactos do tráfego de grandes eventos realizados pela Companhia entre 2006 e 2016. Atualmente aguarda-se a liquidação de sentença para apuração dos valores devidos pela Companhia. Os valores envolvidos ainda em litígio totalizam R\$ 25.494 (R\$ 23.283 em 31 de dezembro de 2023), e foram classificados com probabilidade de perda provável no valor de R\$ 13.992, e com probabilidade de perda possível no importe de R\$ 11.501, para 31 de dezembro de 2024.

c) A Companhia figura no polo passivo de Ação de Cobrança movida pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), em que pleiteia os custos operacionais dispendidos para a operacionalização e minoração dos impactos do tráfego centenas de eventos de menor impacto, realizados pela Companhia entre 2006 e 2016. O processo está em fase de instrumento e aguarda a realização de perícia. O valor estimado em 31 de dezembro de 2024 é de aproximadamente R\$ 13.352 (R\$ 11.646 em 31 de dezembro de 2023) e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível.

e) A Companhia recebeu, em 29 de abril de 2024, Notificação sobre Instauração de Arbitragem da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, informando sobre o requerimento de instituição de procedimento arbitral. Caso a Companhia não prevaleça na arbitragem, as consequências incluem a dissolução parcial de uma de suas controladas e o pagamento de valores aos requerentes após apuração de haveres. O valor atribuído à causa é de R\$20.000 e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2024, estão registrados no balanço patrimonial, em rubrica específica nos montantes de R\$ 10.289 e R\$ 11.424 na controladora e consolidado respectivamente (R\$ 9.250 e R\$ 10.765 em 31 de dezembro de 2023).

20.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora	2023	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	2024
Trabalhistas	3.828	(602)	(210)	208	3.224
Cíveis	20.707	342	(1.107)	2.685	22.627
Tributário	436	2.807	(2.802)	13	454
Total	24.971	2.547	(4.119)	2.906	26.305

Controladora	2022	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	2023
Trabalhistas	6.908	(517)	(3.007)	444	3.828
Cíveis	22.124	(3.056)	(3.714)	5.353	20.707
Tributário	428	181	(196)	23	436
Total	29.460	(3.392)	(6.917)	5.820	24.971

Consolidado	2023	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	2024
Trabalhistas	9.375	1.004	(841)	607	1	10.146
Cíveis	25.730	(479)	(1.113)	2.986	-	27.124
Tributário ⁽ⁱ⁾	12.189	(8.981)	(2.802)	21	38	465
Total	47.294	(8.456)	(4.756)	3.614	39	37.735

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Consolidado	2022	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	2023
Trabalhistas	10.729	2.289	(4.116)	680	(207)	9.375
Cíveis	26.146	(1.066)	(3.715)	4.666	(301)	25.730
Tributário	12.332	9.271	(196)	37	(9.255)	12.189
Total	49.207	10.494	(8.027)	5.383	(9.763)	47.294

(i) No consolidado a reversão de provisão para contingências tributárias está relacionada com a prescrição de um processo do Fisco Chileno contra uma das subsidiárias naquele país.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 10 de agosto de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 88.036 ações ordinárias mantidas em tesouraria, sem valor nominal, de emissão da Companhia, sem redução do capital social, na forma do artigo 14 da Instrução CVM nº 10/80. Em razão do cancelamento ora deliberado o capital social da Companhia passou a ser dividido em 67.412.629 ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o capital social da Companhia é de R\$ 243.022 representado por 67.412.629 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não houve distribuição de dividendos.

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do período quando ocorrência de lucros acumulados.

d) A reserva de retenção de lucros/prejuízos acumulados foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos e compensação de prejuízos.

e) Resultados abrangentes: Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior.

22. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Recita Bruta de Serviços	66.581	504.588	170.662	706.846
Receita Bruta de Produtos	-	553	5.157	27.592
Total da Receita bruta	66.581	505.141	175.819	734.438
Deduções e impostos incidentes	(3.690)	(21.816)	(10.165)	(33.670)
Receita líquida	62.891	483.325	165.654	700.768

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

23. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 24)	(7.762)	(11.709)	(16.297)	(16.850)
Serviços de terceiros ⁽ⁱ⁾	(20.837)	(16.833)	(25.428)	(22.490)
Utilidades e facilidades	(433)	(1.141)	(1.781)	(1.916)
Reversão (constituição) de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	283	(288)	(105)
Outras despesas	(755)	(2.965)	(4.234)	(4.953)
Total	(29.787)	(32.365)	(48.028)	(46.314)
Vendas	(255)	(367)	(2.014)	(950)
Gerais e administrativas	(26.904)	(26.833)	(41.689)	(39.659)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 14.2)	(2.628)	(5.165)	(4.325)	(5.705)
Total das despesas por natureza	(29.787)	(32.365)	(48.028)	(46.314)

(i) As despesas que geraram um aumento em serviços de terceiros estão relacionadas à honorários advocatícios, auditoria e consultoria.

b) Custos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(23.056)	(302.005)	(23.650)	(304.981)
Transportes e locações	(9.111)	(52.834)	(9.989)	(63.627)
Serviços de terceiros	(18.011)	(34.553)	(34.556)	(68.957)
Viagens e locomoção	(4.269)	(7.516)	(4.446)	(8.590)
Utilidades e facilidades	(2.404)	(6.721)	(2.550)	(7.508)
Mídia e publicidade	(5.144)	(6.719)	(5.357)	(7.178)
Depreciação e amortização	(4.219)	(3.883)	(5.559)	(4.894)
Custos com pessoal (nota explicativa nº 24)	(1.393)	(2.500)	(5.899)	(4.665)
Custos de produção	(18.711)	(70.240)	(61.710)	(89.319)
Recuperação de custo ⁽ⁱ⁾	9.149	2.099	9.149	2.099
Total	(77.169)	(484.872)	(144.567)	(557.620)

A variação relevante se deu pela maior quantidade de conteúdos promovidos no exercício de 2023.

(i) Recuperação de custos de produção de eventos compartilhados com produtores parceiros.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

24. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários e bonificações	(5.958)	(7.408)	(14.980)	(12.261)
Despesa de férias	(575)	(638)	(784)	(767)
Despesa de 13º salário	(367)	(535)	(909)	(847)
Encargos sociais	(2.176)	(2.967)	(3.933)	(4.250)
Constituição/reversão de participação nos resultados - bônus	1.830	(13)	929	(253)
Outros benefícios a empregados	(1.909)	(2.648)	(2.519)	(3.137)
Total de despesas com benefícios a empregados	(9.155)	(14.209)	(22.196)	(21.515)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(1.393)	(2.500)	(5.899)	(4.665)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(7.762)	(11.709)	(16.297)	(16.850)
Total	(9.155)	(14.209)	(22.196)	(21.515)

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(8.548)	(4.789)	(9.427)	(4.921)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(241)	(1.372)	(3.566)	(2.858)
Perdas decorrentes de operação de "swap"	(8.303)	(558)	(8.303)	(558)
Juros com debêntures	-	(6.959)	-	(6.959)
Outras	(5.687)	(6.455)	(4.640)	(4.640)
Total	(22.779)	(20.133)	(25.936)	(19.936)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras:				
Juros ativos	-	143	7.155	4.667
Ganhos decorrentes de operação de "swap"	24.028	-	24.028	-
Rendimentos de aplicações financeiras	3.313	9.588	5.281	11.385
Outras	923	936	1.306	621
Total	28.264	10.667	37.770	16.673

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(36.111)	(10.791)	(33.662)	(12.825)
Ativas	9.517	14.056	11.974	10.861
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(2.908)	(5.779)	(5.657)	(11.883)
Ativas	4.391	1.494	4.790	1.695
Variações hiperinflação, líquidas:				
Passivas	-	-	(28.360)	(15.449)
Ativas	-	-	7.898	4.615
Total	(25.111)	(1.020)	(43.017)	(22.986)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

26. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Reversão (provisão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.572	10.269	12.392	5.705
Resultado na baixa de ativo imobilizado	120	31	120	31
Outras	7.851	(7.581)	8.060	(8.325)
Perda por redução ao valor recuperável do intangível (nota explicativa nº 13.b)	(22.453)	-	(22.453)	-
Total	(12.910)	2.719	(1.881)	(2.589)

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesa de IRPJ corrente	-	-	(10.119)	(4.249)
Despesa de CSLL corrente	-	-	(441)	(955)
IRPJ e CSLL diferidos	14	284	2.324	(35)
Total	14	284	(8.236)	(5.239)

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do exercício é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) do exercício antes do IRPJ e da CSLL	(69.479)	57.090	(60.005)	63.437
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	23.623	(19.411)	20.402	(21.569)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	7.429	(603)	7.351	(619)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	-	-	19	10.754
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(454)	(8.490)	(766)	(9.940)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(124)	-
Prejuízos Fiscais	(31.993)	(16.983)	(31.986)	(16.983)
Outras provisões	-	12.190	-	12.148
Controlada tributada por meio de lucro presumido	-	-	394	1.876
Controlada tributada no exterior	-	-	(6.186)	(693)
Resultado de equivalência patrimonial	2.422	33.666	-	(1.466)
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(14)	93	(14)	93
Benefício lei 14.148/2021 - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Pers	-	-	1.309	26.962
Outros itens	(1.013)	(462)	(959)	(5.767)
Crédito (débito) de IRPJ e CSLL	-	-	(10.560)	(5.204)
% alíquota efetiva	0%	0%	0%	8%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

Controladora	2023	Variação do exercício	2024
Impostos diferidos ativos sobre:			
Não circulante:			
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9.105	-	9.105
Prejuízos fiscais	22.892	-	22.892
Base negativa de CSLL	15.349	-	15.349
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(119)	14	(105)
Total do ativo líquido	47.227	14	47.241

Consolidado	2023	Variação do exercício	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	2024
Impostos diferidos ativos sobre:				
Não circulante:				
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	1.178	23	-	1.201
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9.480	133	-	9.613
Prejuízos fiscais	22.892	-	-	22.892
Base negativa de CSLL	15.349	-	-	15.349
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(119)	14	-	(105)
Outras provisões	1.289	(460)	-	829
Total do ativo	50.069	(290)	-	49.779
Impostos diferidos passivos sobre:				
Não circulante:				
Outras provisões	(2.258)	1.674	-	(584)
Total do passivo	(2.258)	1.674	-	(584)
Total líquido	47.811	1.384	-	49.195

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. Em decorrência da Lei 14.148/2021, especificamente em relação a previsão normativa contida no seu artigo 4º, em razão da derrubada do veto presidencial pelo Congresso Nacional em 18 de março de 2022, ficaram reduzidas a 0% por 60 meses as alíquotas dos tributos incidentes sobre as receitas que são PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, diante disso a Companhia cujo setor é pertencente ao setor de eventos aderiu aos benefícios da Lei com impactos nas Demonstrações contábeis da Companhia nas linhas de IRPJ e CSLL.

A Companhia elaborou estudos de viabilidade, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos contados a partir do prazo de 60 meses, no entanto em razão do PERSE a Companhia mantém a posição adotada durante a pandemia de não aumentar o ativo para imposto diferido constituído sobre o prejuízo fiscal e adições temporárias.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

O prazo estimado de realização é conforme segue:

	Controladora	Consolidado
2025	531	535
2026	1.790	1.795
2027	898	903
2028	2.316	2.321
2029	2.752	2.756
a partir de 2030	38.954	40.885
Total	47.241	49.195

d) ICPC 22/IFRIC23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Na avaliação da Administração da Companhia, não existem impactos significativos em decorrência desta interpretação, dado que os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão em concordância com a legislação tributária vigente.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 16, parcelamento de impostos (nota explicativa nº 18), deduzido por caixa e equivalentes de caixa detalhados na nota explicativa nº 7) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 21) conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	76.057	39.368	76.057	39.368
Parcelamentos de impostos	27.859	24.736	28.394	25.037
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(42.767)	(80.936)	(111.913)	(146.200)
(-) Aplicação financeira	(2.037)	(3.103)	(2.037)	(3.103)
Caixa Líquido	59.112	(19.935)	(9.499)	(84.898)
Patrimônio líquido	133.740	177.035	137.355	180.313
Índice de alavancagem financeira- %	-44%	11%	7%	47%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

28.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação	Nota explicativa	Controladora	
			2024	2023
Bancos	Valor justo por meio do resultado	7	757	2.430
Aplicações financeiras ⁽ⁱ⁾	Valor justo por meio do resultado		44.047	81.609
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	18.b)	11.913	-
Contas a receber de partes relacionadas	Ativo ao custo amortizado	12	24.402	75.719
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	11.549	33.373
Total de ativos financeiros			92.668	193.131
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivo ao custo amortizado	16	(76.057)	(39.368)
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	18.b)	-	(767)
Contas a pagar de partes relacionadas	Passivo ao custo amortizado	12	(82.784)	(173.240)
Fornecedores	Passivo ao custo amortizado	15	(29.104)	(87.906)
Total de passivos financeiros			(187.945)	(301.281)
Total de exposição			(95.277)	(108.150)

Rubrica	Classificação	Nota explicativa	Consolidado	
			2024	2023
Bancos	Valor justo por meio do resultado	7	10.710	10.356
Aplicações financeiras ⁽ⁱ⁾	Valor justo por meio do resultado		103.240	138.947
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	18.b)	11.913	-
Contas a receber de partes relacionadas	Ativo ao custo amortizado	12	8.418	11.216
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	42.702	64.966
Total de ativos financeiros			176.983	225.485
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivo ao custo amortizado	16	(76.057)	(39.368)
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	18.b)	-	(767)
Fornecedores	Passivo ao custo amortizado	15	(73.899)	(145.926)
Total de passivos financeiros			(149.956)	(186.061)
Total de exposição			27.027	39.424

(i) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços. (nota explicativa nº 7).

28.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

O resultado da Companhia é afetado pelas mudanças nas taxas de juros, devido ao impacto que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes de instrumentos de dívida com taxas variáveis e nas receitas de juros gerados a partir dos saldos do nosso caixa e dos nossos investimentos. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c.i) abaixo.

b) Exposição ao risco cambial

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira sofreu desvalorizações recorrentes com relação ao Dólar e outras moedas ao longo das últimas décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, poderá ainda haver flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Eventuais desvalorizações do Real com relação ao Dólar americano podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e, consequentemente, nossas operações.

Especialmente, no nosso segmento, não conseguimos repassar para os preços grandes desvalorizações cambiais no curto prazo o que, consequentemente, afeta as margens da Companhia – uma vez que temos uma parcela importante de nossos custos atrelados em moeda estrangeira (pagamento de cachês de artistas internacionais, sinalizado no balanço da companhia, na linha de Fornecedores Internacionais). Para administrar o risco cambial decorrente principalmente da contratação de conteúdos internacionais, realizamos acompanhamento semanal por meio da elaboração de relatório da nossa exposição cambial e efetuamos a contratação de hedge quando necessário. A realização do evento pode ficar comprometida e tornar-se até mesmo inviável em casos de desvalorização cambial mais extremo.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui contrato de Swap para proteção cambial dos empréstimos em moeda estrangeira realizados durante o período para pagamento de cachês internacionais. As informações resumidas dessas operações são apresentadas como segue:

	Controladora e Consolidado	
	Contratos em Dólar americano convertidos	31/12/2024
Empréstimos em moeda estrangeira	60.000	60.000
Juros	3.058	3.058
Variação cambial	12.999	12.999
Total	76.057	76.057
Total atualizado pelo indexador ativo	76.726	76.726
Total atualizado pelo indexador passivo	64.813	64.813
Ganho com Swap	11.913	11.913

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeira registradas no balanço:

Rubrica	Moeda	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Bancos	Dólar	238	1.002	51.784	38.148
Mútuo com controlada no Peru	Dólar	10.168	7.447	-	-
Mútuo com controladas na argentina	Dólar	4.987	4.802	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Dólar	(51.840)	(38.656)	-	-
Fornecedores	Dólar	(2.766)	(39.239)	(3.089)	(39.511)
Total de exposição		(39.213)	(64.644)	48.695	(1.363)

- Bancos e aplicações financeiras: a Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;
- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras;

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$ 5.500 convertidos para reais em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$ 34.058, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;
- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras com contratos assinados.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

i) Risco de mudança nas taxas de juros

O resultado da Companhia é afetado pelas mudanças nas taxas de juros, devido ao impacto que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes de instrumentos de dívida com taxas variáveis e nas receitas de juros gerados a partir dos saldos do nosso caixa e dos investimentos.

Apresentamos, a seguir, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, no qual estão descritos os riscos relativos ao eventual aumento nas taxas de juros às quais nossas dívidas e aplicações financeira estão atreladas, estimado pela nossa administração, para a data base de 31 de dezembro de 2024, com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil – BACEN, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Controladora					
	Cenário					
		Possível			Remoto	
	2024	Provável (i)	+25% (ii)	-25% (iii)	+50% (iv)	-50% (v)
Empréstimos	(76.057)	(89.755)	(92.559)	(86.950)	(95.364)	(84.146)
Aplicações financeiras	44.047	49.993	51.490	48.496	52.987	47.000
Exposição líquida	(32.010)	(39.762)	(41.069)	(38.454)	(42.377)	(37.146)

	Consolidado					
	Cenário					
		Possível			Remoto	
	2024	Provável (i)	+25%	-25%	+50%	-50%
Empréstimos	(76.057)	(89.755)	(92.559)	(86.950)	(95.364)	(84.146)
Aplicações financeiras	62.190	70.468	72.552	68.384	74.635	66.301
Exposição líquida	(13.867)	(19.287)	(20.007)	(18.566)	(20.729)	(17.845)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

(i) A taxa utilizada para o CDI neste cenário é de 11,65% a.a., resultado da subtração de 0,10% da taxa SELIC de 11,75% a.a., projetada para 31 de dezembro de 2024 pelo relatório Focus publicado em 27 de dezembro de 2024. Foram consideradas as taxas médias de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2024.

ii) Risco de mudança das taxas de câmbio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 31 de dezembro de 2024 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo das disponibilidades de caixas e aplicações em moeda estrangeira, bem como os compromissos com fornecedores internacionais, conforme quadro a seguir:

	Controladora					
	Cenário					
	2024	Possível			Remoto	
		Provável (i)	+25% (ii)	-25% (iii)	+50% (iv)	-50% (v)
Bancos	238	219	274	165	329	110
Empréstimos	(76.057)	(70.010)	(87.513)	(52.508)	(105.015)	(35.005)
Fornecedores	(2.766)	(2.546)	(3.183)	(1.910)	(3.819)	(1.273)
Exposição Líquida	(78.585)	(72.337)	(90.422)	(54.253)	(108.505)	(36.168)

	Consolidado					
	Cenário					
	2024	Possível			Remoto	
		Provável (i)	+25%	-25%	+50%	-50%
Bancos	51.784	47.667	59.583	35.750	71.500	23.833
Empréstimos	(76.057)	(70.010)	(87.513)	(52.508)	(105.015)	(35.005)
Fornecedores	(3.089)	(2.843)	(3.554)	(2.133)	(4.265)	(1.422)
Exposição Líquida	(27.362)	(25.186)	(31.484)	(18.891)	(37.780)	(12.594)

(i) O cálculo do cenário Provável dos próximos 12 (doze) meses é resultado da estimativa da taxa de câmbio para o dólar americano de R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024, segundo o relatório Focus publicado em 27 de dezembro de 2024.

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro (nota explicativa nº 25).

iii) Riscos do ambiente macroeconômico

As economias brasileira, argentina e chilena têm sido marcadas por frequentes e, por vezes, significativas intervenções de seus respectivos governos federais, os quais modificam as políticas monetárias, de crédito, fiscal e outras. As ações dos governos federais brasileiro, argentino e, de maneira menos significativa, do governo chileno, para controlar a inflação e estabelecer outras políticas monetárias envolveram no passado, aumentos nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preços, desvalorizações monetárias, controles de remessas e ingresso de capital, imposição de limitações às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre tais intervenções, tampouco podemos prever quaisquer medidas ou políticas que os governos desses três países possam adotar no futuro.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Nesse sentido, poderemos ser afetados adversamente por mudanças significativas nas políticas ou regulamentações que envolvam ou afetem os seguintes fatores: (i) taxas de juros; (ii) política monetária; (iii) controles cambiais e restrições a remessas para o exterior; (iv) flutuações cambiais; (v) inflação; (vi) instabilidade social; (vii) instabilidade dos preços; (viii) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; (ix) impactos da legislação ambiental; (x) barreiras comerciais e restrições ao comércio exterior; (xi) política fiscal; e (xii) outras políticas ou acontecimentos políticos, sociais e econômicos.

Ainda, a incerteza quanto à implementação de eventuais mudanças em referidas políticas ou regulamentações geram instabilidade no ambiente econômico desses países, aumentando a volatilidade do mercado de valores mobiliários, que poderão ter um efeito prejudicial sobre nossos negócios e resultados, bem como afetar adversamente a negociação e o preço de nossas ações.

iv) Risco de inflação

De modo geral, como entretenimento não é considerado um serviço essencial, o desempenho do setor é muito sensível às variações da economia. Qualquer desaceleração nos mercados em que operamos resultará em um declínio no poder aquisitivo e na renda disponível tanto do público quanto de nossos patrocinadores, o que poderia causar uma redução da frequência e das receitas dos eventos de entretenimento ao vivo, podendo impactar negativamente o resultado de nossas operações.

Historicamente, o Brasil registrou altas taxas de inflação e, conseqüentemente, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo, lógica que mudou entre os anos de 2016 e 2020, com reduções da taxa durante esse período. Entretanto, em 2021, com o impacto da pandemia na economia, vimos o aumento da taxa de juros o objetivo de controlar a inflação. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), em Dezembro de 2024 a inflação acumulada em 12 meses foi de 4,83%, em 2023 a taxa de inflação de preços no Brasil foi de 4,62%.

Central do Brasil, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre nossos negócios. O Brasil pode passar por aumentos relevantes da taxa de inflação no futuro e eventuais pressões inflacionárias podem levar à intervenção do Governo Federal sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem causar um efeito adverso para nós e nossos clientes. Ademais, se o Brasil experimentar altas taxas de inflação, podemos não ser capazes de reajustar os preços de nossos serviços de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que pode ter um efeito adverso para nós.

Estamos expostos a inflação sobre Caixa mantido no Chile e na Argentina. No caso do Chile, o cenário atual da economia nos leva a crer que este risco é pouco relevante, além de nossas disponibilidades de caixa estarem investidas em fundos de renda fixa que rendem, no mínimo, inflação. Na Argentina, da mesma forma, nos protegemos com o investimento do nosso caixa em fundos de renda fixa que rendem, no mínimo, inflação. Parte do nosso caixa na Argentina é composto por saldo a repassar a terceiros, estando esta exposição concentrada no produtor terceiro. Quanto aos fornecedores em moeda local, seus custos acompanham a cotação do dólar contra o peso argentino, o que buscamos, no mínimo acompanhar no preço dos ingressos e aluguéis vendidos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

v) Risco Legais

Os governos brasileiro, argentino e chileno podem, a qualquer momento, alterar os seus regimes tributários de modo que aumente o nosso encargo fiscal. Essas alterações incluem modificações de alíquotas e, ocasionalmente, promulgação de novos tributos temporários ou definitivos. Os efeitos dessas medidas e de quaisquer outras alterações que resultarem da promulgação de reformas tributárias poderão acarretar aumentos do nosso encargo fiscal como um todo, o que poderá interferir nos preços por nós praticados, prejudicando nossa situação financeira e resultados operacionais. Caso ocorram quaisquer dessas medidas, não poderemos garantir nossa capacidade de manutenção de preços e lucratividade.

vi) Risco de crédito

Advm da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

vii) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens e está demonstrada como segue:

	Modalidade	Importância segurada	
		2024	2023
Responsabilidade civil geral, estabelecimentos e D&O	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas/pilotos, cruzada e cobertura adicional de montagem e desmontagem, empregados, erros de projeto e circulação de veículos.	70.000	63.000
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers".	37.810	37.810
		107.810	100.810

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

As premissas adotadas para a contratação de seguros são definidas e revisadas pela Administração e não fazem parte do escopo dos trabalhos dos auditores independentes.

30. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros.

b) Cartas de garantia de crédito e fianças e Seguro Fiança

A Companhia possui vigentes cartas de fiança bancária e seguro fiança cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$ 141.744 (R\$ 190.593 em 31 de dezembro de 2023).

c) Contratos de prestação de serviços

Por força de contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e a sociedade Inspiração Organização de Espetáculos Ltda., integrante do Grupo Cirque du Soleil, entre os anos de 2006 a 2008, a T4F reconheceu, nos termos dos mencionados contratos, ser responsável por indenizar a Inspiração contra certas pretensões concernentes a contingências envolvendo Imposto Sobre Serviços (ISS), obrigação essa ratificada em acordo específico para indenização de ISS. Isso em razão da divergência de fiscos municipais em relação aos serviços prestados pela Inspiração (se classificados no item 12.03 da lista de serviços do ISS, ou no item 12.13), impactando no local de recolhimento de tal tributo. O entendimento da T4F, lastreado em parecer de seus assessores jurídicos, foi de que os serviços da Inspiração são enquadráveis no item 12.03, sendo o ISS devido nos locais da efetiva prestação dos serviços, quais sejam, apresentação dos espetáculos circenses. Em dezembro de 2014 a Inspiração foi autuada pela Prefeitura de São Paulo, que tem a pretensão de receber o ISS decorrentes das apresentações do Cirque du Soleil que ocorreram em outras cidades (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre), além do que já fora recolhido para a municipalidade de São Paulo. A Companhia, com base nos contratos antes mencionados, assumiu o ônus das defesas de tais autuações, as quais foram julgadas insubsistentes pela municipalidade em primeira e segunda instâncias administrativas. O assunto está em discussão judicial, e na opinião dos assessores da Companhia a probabilidade de perda é possível. O montante envolvido nos processos judiciais contra a Inspiração é de R\$ 64.220 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 58.757 em 31 de dezembro de 2023).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024**d) Contrato de Compra e Venda de Ações**

Por força de Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado junto à empresa Veloci Investimentos e Participações S.A. em 31 de agosto de 2020, que teve como objeto a venda, pela Companhia, da totalidade das ações representativas do capital social da empresa Vicar Promoções Desportivas S.A. ("Vicar"), a T4F permaneceu responsável pela condução das Reclamações de Terceiros em face da Vicar que tiveram início antes da assinatura do Contrato, e também se responsabilizou por qualquer contingência, passivo, obrigação e/ou responsabilidade da Vicar de qualquer espécie ou natureza, tais como – porém sem se limitar a – aqueles de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, ambiental ou civil, que venha a ser reclamado da Vicar e que esteja ou não devidamente registrado nas demonstrações financeiras e nos livros e registros contábeis da Vicar ou mencionado no Contrato ou em seus anexos, cujos fatos geradores sejam anteriores à assinatura do Contrato ou decorrentes de atos praticados pela Vicar ou pela T4F e pela Vendedora YPY Participações S.A. até a data de assinatura do Contrato. Foi constituída pela T4F uma Conta Escrow em garantia ao integral cumprimento das obrigações contratuais das Vendedoras, na qual foi depositado pelos Compradores o valor de R\$5.000, o qual será liberado gradualmente às Vendedoras, conforme mecanismo previsto em contrato.

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Segmentos Operacionais, requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA", no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

Consolidado				
2024				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculos	Patrocínio	Total
Receita líquida	50.459	93.168	22.027	165.654
Custos	(73.555)	(71.012)	-	(144.567)
Lucro (prejuízo) bruto	(23.096)	22.156	22.027	21.087
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	6.240	(4.149)	-	2.091
	(16.856)	18.007	22.027	23.178
Despesas administrativas				(52.000)
Resultado financeiro				(31.183)
Lucro antes dos impostos				(60.005)

Consolidado				
2023				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculos	Patrocínio	Total
Receita líquida	452.106	129.074	119.588	700.768
Custos	(512.074)	(45.546)	-	(557.620)
Lucro (prejuízo) bruto	(59.968)	83.528	119.588	143.148
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(5.693)	(10.750)	-	(16.443)
	(65.661)	72.778	119.588	126.705
Despesas administrativas				(32.460)
Outros resultados com investimentos				(4.559)
Resultado financeiro				(26.249)
Prejuízo antes dos impostos				63.437

b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

Consolidado		
	2024	2023
Receita líquida		
Argentina	79.252	39.533
Brasil	85.849	655.535
Chile	553	5.700
	165.654	700.768
	2024	2023
Lucro bruto (prejuízo)		
Argentina	24.824	11.610
Brasil	(3.655)	127.858
Chile	(82)	3.680
	21.087	143.148

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos

Argentina
Brasil
Chile
Peru
Estados Unidos da América

Consolidado	
2024	2023
(10.584)	(13.352)
(68.080)	74.443
19.087	2.578
(676)	(462)
248	230
(60.005)	63.437

32. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o mesmo período.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Em 31 de dezembro de 2024, não havia ações ordinárias potenciais.

O cálculo do lucro (prejuízo) por ação está demonstrado a seguir:

Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Companhia

Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação

Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação

Lucro (prejuízo) básico por ação - em reais

Lucro (prejuízo) diluído por ação - em reais

Consolidado	
2024	2023
(69.465)	57.374
67.412.629	67.412.629
67.412.629	67.412.629
(1,0304)	0,8511
(1,0304)	0,8511

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Empréstimos em moeda estrangeira

Em fevereiro de 2025, a companhia efetuou a quitação de 10% do valor principal do empréstimo em moeda estrangeira vigente em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 60.000 (US\$ 11.789), realizando a postergação do saldo remanescente por um período adicional de 18 meses. O novo contrato prevê um período de carência de seis meses para início dos pagamentos, com amortizações a serem realizadas de forma trimestral. A Companhia celebrou contrato de SWAP com indexador de CDI + 3,65% a.a. para referido empréstimo.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

b) Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse)

A Receita Federal informou à Comissão Mista de Orçamento que o montante de R\$ 15 bilhões em benefícios fiscais previstos na Lei do Perse deverá ser realizado em março deste ano. Nos termos da referida legislação, após a confirmação desse limite, os incentivos fiscais serão encerrados no mês seguinte.

c) Grupamento de ações ordinárias

O Conselho de Administração aprovou em reunião realizada em 21 de março de 2025 a convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) para deliberar, dentre outros temas, sobre a proposta de grupamento da totalidade das ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 10 (dez) ações para 1 (uma) ação, sem modificação do valor do capital social, mas tão somente do número total de ações (“Grupamento”).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Francesca Brown Alterio, Diretora Presidente, Diretora Financeira e de Relações com Investidores, declara que é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", (atualmente denominadas como "IFRS Accounting Standards"), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorções relevantes.

Declara ainda que revisou o conjunto das demonstrações financeiras e seu conteúdo é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 24 de março de 2025.

Declaração dos diretores sobre o parecer dos auditores independentes

Francesca Brown Alterio, Diretora Presidente, Diretora Financeira e de Relações com Investidores, declara que tem conhecimento sobre o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB” (atualmente denominadas como “IFRS Accounting Standards”), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e está de acordo com a íntegra do mesmo.

São Paulo, 24 de março de 2025.

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/ME nº 02.860.694/0001-62
NIRE 35.300.184.645

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2025**

1) DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 dias do mês de março de 2025, às 15:00 horas, na sede social da T4F Entretenimento S.A., situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cristiano Viana, nº 401, 15º andar, Pinheiros, CEP 05411-000 e de modo digital, via aplicativo Microsoft Teams, conforme prerrogativa prevista no Regimento Interno do Conselho Fiscal ("**Companhia**").

2) CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Convocação efetivada nos termos previstos no Estatuto Social da Companhia, com a presença da totalidade dos membros do Conselho Fiscal da Companhia. Os membros do Conselho Fiscal da Companhia participaram da reunião remotamente, na forma autorizada pelo artigo 11, §1º, do Regimento Interno do Conselho Fiscal.

3) MESA: Presidente: Selma Del Pozzo; e Secretária: Silvana Sanches Nakayama.

4) ORDEM DO DIA: Análise e discussão (i) sobre a minuta das Demonstrações Financeiras da Companhia e sobre o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo o relatório da administração; (ii) sobre a proposta de grupamento das ações de emissão da Companhia, sem modificação do valor do capital social, e consequente alteração do Estatuto Social, a ser submetida à deliberação da assembleia geral da Companhia ("**Grupamento de Ações**"), nos termos do artigo 11, inciso VII do Estatuto Social e do artigo 12 da Lei nº 6.404, 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**") e (iii) relatório final da consultoria BIG - Business Insights & Governance Advising em relação ao processo de pagamento da Companhia.

5) DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos, foi realizada apresentação pelos representantes da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., auditores independentes da Companhia, sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia e o relatório emitido, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho Fiscal deliberaram: **(i)** aprovar a emissão de parecer favorável com relação à minuta das Demonstrações Financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo o relatório da administração, na forma do Anexo I à presente ata, o qual será assinado por todos os membros do órgão e divulgado em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras da Companhia, nos termos da legislação aplicável; **(ii)** levando em consideração os esclarecimentos prestados durante a reunião, opinar favoravelmente à aprovação Grupamento de Ações proposto e, consequentemente, a alteração do Estatuto Social da Companhia, a ser deliberada em sede de assembleia geral, nos termos da Lei das S.A., emitindo seu parecer que ficará arquivado na sede da Companhia e que constitui o Anexo II à presente ata; e **(iii)** em continuidade ao assunto já discutido em reuniões anteriores, analisaram o relatório final emitido pela consultoria BIG - Business Insights & Governance Advising em relação a revisão dos processos de pagamento da Companhia, cuja conclusão foi que os problemas identificados foram irrelevantes, de acordo

com as diretrizes do Comunicado Técnico de Auditoria. Fica registrado que houve a participação na presente reunião dos Srs.: Francesca Brown Alterio (Diretora Presidente e Financeira da Companhia), Erica Lima Maimone (Gerente Fiscal e Contábil da Companhia), Silvana Sanches Nakayama (Diretora Jurídica da Companhia), e Srs. Regis Eduardo Baptista dos Santos e Raquel Baptista Meira (representantes da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.), que prestaram os esclarecimentos necessários a respeito das matérias constantes da Ordem do Dia.

6) ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURAS: Nada mais havendo a ser tratado, a reunião do Conselho Fiscal foi encerrada, sendo lavrada a presente ata, que, lida e conferida, foi assinada pelos membros da mesa e todos os conselheiros.

São Paulo, 14 de março de 2025.

MESA:

Selma Del Pozzo

Silvana Sanches Nakayama

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL:

Selma Del Pozzo

Guilherme Livreri Arruda Stein Mamprin

Valdemir Marega Ferreira

ANEXO I

DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA T4F ENTRETENIMENTO S.A. REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2025

Parecer do Conselho Fiscal da Companhia sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia e sobre o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Os membros do Conselho Fiscal da T4F Entretenimento S.A. ("Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao disposto no artigo 163 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, no artigo 14, (vi) de seu Regimento Interno, analisaram as Demonstrações Financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. As avaliações do Conselho Fiscal em relação a tais demonstrações financeiras fundamentaram-se nas informações recebidas da administração da Companhia e dos auditores independentes, assim como em suas próprias análises complementares decorrentes de sua atuação.

Baseado no conjunto de informações e documentos disponibilizados, após a avaliação e discussão pelos membros do Conselho Fiscal, e prestados os esclarecimentos pelos representantes da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., o Conselho Fiscal da Companhia, de forma unânime, opina favoravelmente com relação às Demonstrações Financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, certificando que que referidos documentos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e estão em condições de serem divulgadas ao mercado, nos termos da legislação aplicável.

São Paulo, 14 de março de 2025.

Selma Del Pozzo

Guilherme Livreri Arruda Stein Mamprin

Valdemir Marega Ferreira

ANEXO II

DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA T4F ENTRETENIMENTO S.A. REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2025

Os membros do Conselho Fiscal da T4F Entretenimento S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei nº 6.404, 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), em reunião realizada em 14 de março de 2025, procederam ao exame e análise das propostas (i) de grupamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, sem alteração do valor do capital social da Companhia, mas tão somente do número total de ações ("Grupamento de Ações"); e (ii) consequentemente, da alteração dos artigos 5º, *caput*, e 6º, do Estatuto Social da Companhia, para refletir a nova quantidade de ações em que se divide o capital social da Companhia e o valor atualizado do capital autorizado, respectivamente, e considerando as informações prestadas pela Diretoria da Companhia, opinam, por unanimidade, favoravelmente à submissão de tal proposta à assembleia geral extraordinária da Companhia, nos termos da Lei das S.A.

São Paulo, 14 de março de 2025.

Selma Del Pozzo

Guilherme Livreri Arruda Stein Mamprin

Valdemir Marega Ferreira

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 02.860.694/0001-62
NIRE 35.300.184.645

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2025

1) DATA E HORA E LOCAL: Aos 14 dias do mês de março de 2025, às 11:00 horas, realizada de forma virtual, via plataforma Teams.

2) CONVOCAÇÃO E PRESENCAS: Convocação efetivada nos termos previstos no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, com a presença da totalidade dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia.

3) MESA: Presidente: Presidente: Reynaldo Awad Saad; e Secretária: Silvana Sanches Nakayama.

4) ORDEM DO DIA: (i) avaliar as Demonstrações Financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo o relatório da administração, nos termos do artigo 4º, inciso "iii" do Regimento Interno do Comitê de Auditoria; (ii) reporte ao Conselho de Administração das atividades realizadas no quarto trimestre de 2024, nos termos do artigo 22, §2º, do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; (iii) deliberar sobre o Relatório Anual do Comitê de Auditoria referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iv) atualização a respeito de ação civil pública em trâmite perante o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo em relação aos fatos ocorridos no festival Lollapalooza em março de 2023; (v) análise do Relatório Final da consultoria *BIG - Business Insights & Governance Advising* em relação ao processo de pagamento da Companhia; e (vi) apresentação da sociedade *PP&C Auditores Independentes*, que prestará serviços profissionais de Auditoria Interna da Companhia, de acordo com o regulamento do Novo Mercado da B3 e Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia.

5) DELIBERAÇÕES: Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Comitê de Auditoria: (i) avaliaram as Demonstrações Financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo o relatório da administração, e emitiram o parecer favorável que constitui o Anexo I à presente ata, a ser divulgado nos termos do artigo 27, §1º, VIII, da Resolução CVM nº 80/22, e do artigo 10º, p. único, III, da Resolução CVM nº 81/22; (ii) aprovaram o reporte das atividades realizadas pelo órgão no quarto trimestre de 2024, nos termos dos documentos anexos; (iii) aprovaram o Relatório Anual do Comitê de Auditoria referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, que constitui o Anexo II à presente, conforme disposto no artigo 4º, inciso "ix" do Regimento Interno do Comitê de Auditoria; (iv) discutiram o andamento da ação civil pública em que o Ministério Público do Trabalho reputa à Companhia, de forma solidária com empresa prestadora de serviços que fora contratada para prestar serviços no festival Lollapalooza 2023, uma suposta submissão de determinados profissionais à condição degradante de trabalho, sendo que o recurso de apelação interposto pela Companhia ainda aguarda julgamento. Os membros do Comitê também se certificaram de que a Companhia vem seguindo as políticas de contratação, códigos de ética e de fornecedores, não tendo havido nenhuma intercorrência até o presente momento desde os fatos de março de 2023; (v) em continuidade ao assunto já discutido em reuniões anteriores, analisaram o relatório final emitido pela consultoria *BIG - Business Insights & Governance Advising* em relação a revisão dos processos de pagamento da Companhia, cuja conclusão foi que os desvios foram irrelevantes, de acordo com as diretrizes do Comunicado Técnico de Auditoria (CTA) 30 – Fraude, considerando que os valores desviados e ressarcidos eram imateriais e pela irregularidade não ter o envolvimento de membros da administração, mas sim de ex-funcionária demitida por justa causa; e (vi) analisaram e discutiram a apresentação de kick-off feita pela *PP&C Auditores Independentes* (PP&C) com o cronograma, plano de auditoria e periodicidade dos relatórios a serem

apresentados ao Comitê de Auditoria. A PP&C prestará serviços profissionais de Auditoria Interna da Companhia, de acordo com o artigo 23 do Regulamento do Novo Mercado da B3 e Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, e reportará ao Conselho de Administração da Companhia por intermédio do Comitê de Auditoria. A PP&C iniciará os serviços com a execução do risk assessment, além da aprovação do plano anual de auditoria com o Comitê de auditoria.

6) Fica registrado que houve a participação na presente reunião (i) da Sra. Francesca Brown Alterio, Diretora Presidente e Financeira da Companhia; (ii) da Sra. Erica Lima Maimone, gerente fiscal e contábil da Companhia, (iii) do Srs. Regis Eduardo Baptista dos Santos e Raquel Baptista Meira, representantes da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., auditores independentes da Companhia; (iv) dos Srs. Raphael Gonçalves e Aline Poiani, representantes da PP&C; e (v) da Sra. Silvana Sanches Nakayama, advogada da Companhia, que prestaram os esclarecimentos necessários no que lhes competiam.

7) ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Os membros do Comitê de Auditoria autorizaram a assinatura da presente ata por meio de assinatura eletrônica, com ou sem certificação digital da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e do artigo 6º do Decreto nº 10.278/2020, renunciando ao direito de contestar a validade das assinaturas eletrônicas, na medida máxima permitida pela legislação aplicável. Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, conferida e assinada pelos membros da mesa e todos os conselheiros.

São Paulo, 14 de março de 2025.

MESA:

Reynaldo Awad Saad
Presidente

Silvana Sanches Nakayama
Secretária

MEMBROS PRESENTES:

Reynaldo Awad Saad

Diego Marcelo Parente

Carla Gama Alves

ANEXO I

DA ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA DA T4F ENTRETENIMENTO S.A. REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2025

Parecer do Comitê de Auditoria da Companhia sobre as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

O Comitê de Auditoria da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, (iii), do seu Regimento Interno, examinou as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

As avaliações do Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, fundamentaram-se nas informações recebidas da administração da Companhia e dos auditores independentes, assim como em suas próprias análises complementares decorrentes de sua atuação.

O Comitê de Auditoria, em cumprimento às disposições regulamentares e consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, revisou as informações financeiras disponíveis e o correspondente relatório dos auditores independentes, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o segmento em que a Companhia atua.

Baseado no conjunto de informações e documentos disponibilizados, o Comitê de Auditoria da Companhia, de forma unânime, opina que referidos documentos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, e recomenda ao Conselho de Administração sua aprovação.

São Paulo, 14 de março de 2025.

Reynaldo Awad Saad

Diego Marcelo Parente

Carla Gama Alves

ANEXO II

DA ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA DA T4F ENTRETENIMENTO S.A. REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2025

1. Introdução

O Comitê de Auditoria não estatutário da T4F Entretenimento S.A. ("Companhia") é o órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, de caráter permanente e sujeito ao seu Regimento Interno, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de abril de 2022.

Em atendimento a regulação do Regulamento do Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado"), o Comitê foi criado em 10 de agosto de 2020 pelo Conselho de Administração e foi devidamente instalado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de abril de 2022. O funcionamento do Comitê é disciplinado no seu Regimento Interno ("Regimento Interno"), o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 28 de abril de 2022 e encontra-se disponível na página de RI da Companhia: <https://ri.t4f.com.br/>.

2. Composição

Em conformidade com o Capítulo III do seu Regimento Interno, o Comitê será formado por 3 (três) membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, para um mandato unificado de 2 anos, sendo permitida reeleição, sendo que (i) ao menos 1 (um) membro deverá ser conselheiro independente da Companhia, conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado e (ii) ao menos 1 (um) membro deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. Nenhum dos membros poderá ser controlador da Companhia, nem Diretor, de seu acionista controlador, direto ou indireto, ou de sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum, tampouco possuir qualquer vínculo de subordinação com as pessoas anteriormente mencionadas.

O Comitê de Auditoria atualmente é composto por 3 (três) membros, os quais foram eleitos na reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de maio de 2024, para um mandato de 2 (dois) anos, sendo: 1 (um) deles conselheiro independente da Companhia e com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, o qual exerce o cargo de Coordenador do Comitê de Auditoria, nos termos do Regulamento Interno do Comitê de Auditoria da Companhia.

Os membros do Comitê são: Reynaldo Awad Saad (membro independente, com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, e coordenador do Comitê de Auditoria), Carla Gama Alves (membro independente), e Diego Marcelo Parente (membro efetivo).

3. Atribuições e Responsabilidades

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração que possui como principais atribuições supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades da auditoria interna e auditoria independente da Companhia. As competências do Comitê de Auditoria estão elencadas no art. 4º. do Regimento.

4. Principais atividades do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria reuniu-se, nos termos do artigo 18 do seu Regimento Interno, ordinariamente em quatro ocasiões durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (15 de março de 2024, 06 de maio de 2024, 05 de agosto de 2024 e 11 de novembro de 2024), nas quais seus membros tiveram a oportunidade de apreciar e recomendar a aprovação as demonstrações financeiras trimestrais e anual referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; analisar e acompanhar as contingências

da Companhia; requerer informações adicionais à Administração da Companhia, relevantes para a análise dos riscos da mesma.

Todas as reuniões realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram realizadas com a presença de todos os membros do Comitê de Auditoria e, dessas reuniões, foram consignadas atas constando os pontos relevantes das discussões, orientações, recomendações e pareceres, bem como a relação dos presentes e as providências solicitadas.

O Comitê de Auditoria, enquanto órgão de assessoramento e apoio ao Conselho de Administração, reuniu-se com diretores, auditores e assessores no âmbito da atribuição de suas funções, sendo os principais assuntos discutidos aqueles relacionados às/aos: (i) Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia; (ii) Demonstrações Financeiras trimestrais e anual do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (iii) Riscos da Companhia; e (iv) Contingências da Companhia.

5. Avaliação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Financeiras e Avaliação das Demonstrações Financeiras trimestrais e anual do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

O Comitê de Auditoria procedeu à apreciação das respectivas Demonstrações Contábeis, Relatório da Administração e Relatório dos Auditores Independentes. Tomou conhecimento das práticas contábeis adotadas, das ocorrências atípicas, dos seus impactos na situação patrimonial e nos resultados.

6. Avaliação de Riscos

Durante o exercício de 2024, no acompanhamento dos controles internos da Companhia, o Comitê de Auditoria incluiu pautas específicas sobre o acompanhamento e avaliações de riscos e monitoramento das exposições de risco, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia.

7. Comunicações e Recomendações ao Conselho de Administração

O Comitê de Auditoria reporta ao Conselho de Administração e emite manifestações específicas ao Conselho de Administração, sobre os assuntos submetidos para a sua apreciação sendo o Relatório Anual de Atividades divulgado nas Demonstrações Financeiras, publicadas no endereço eletrônico da Companhia, na CVM e B3.

Os membros da administração são convidados a participar das reuniões do Comitê de Auditoria que envolvam temas a eles afetos ou assuntos por eles submetidos para apreciação do Comitê de Auditoria e indicam, conforme o caso, a participação dos gestores das áreas responsáveis pelas matérias a serem tratadas.

8. Parecer do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, (iii), do seu Regimento Interno, examinou as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

As avaliações do Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, fundamentaram-se nas informações recebidas da administração da Companhia e dos auditores independentes, assim como em suas próprias análises complementares decorrentes de sua atuação.

O Comitê de Auditoria, em cumprimento às disposições regulamentares e consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, revisou as informações financeiras disponíveis e o correspondente relatório dos auditores independentes, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o segmento em que a Companhia atua.

Baseado no conjunto de informações e documentos disponibilizados, o Comitê de Auditoria da Companhia, de forma unânime, opina que referidos documentos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, e recomenda ao Conselho de Administração sua aprovação.

São Paulo, 14 de março de 2025.

Reynaldo Awad Saad

Carla Gama Alves

Diego Marcelo Parente